

DIÁLOGO GLOBAL

8.2

3 edições por ano em 17 idiomas

Falando de sociologia com
John Holloway

Labinot Kunushevi

Think tanks
neoliberais

Karin Fischer
Dieter Plehwe
Elaine McKewon
Hernán Ramírez
Matthias Kipping

O trabalho de
cuidado em
crise

Heidi Gottfried
Jennifer Jihye Chun
Fiona Williams
Adelle Blackett
Chris Tilly
Georgina Rojas
Nik Theodore
Sabrina Marchetti
Helma Lutz
Youyenn Teo
Pei-Chia Lan
Sharmila Rudrappa
Helen Schwenken

Perspectivas
teóricas

Hartmut Rosa
Jasminka Lažnjak

Seção aberta

- > Os empreiteiros e a resistência camponesa na China
- > A equipe romena da *Diálogo Global*

REVISTA



International
Sociological
Association
ISA



VOLUME 8 / EDIÇÃO 2 / AGOSTO 2018
<http://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG

> Editorial

O fundamentalismo de mercado e o neoliberalismo estão afetando a vida e a experiência cotidianas em muitas partes do mundo. Dinheiro, mercados e pensamento neoliberal estão no centro da política contemporânea em diferentes contextos, sejam eles supra, inter, trans ou apenas nacionais. Esta edição se inicia com duas reflexões sobre essas tendências dominantes do nosso tempo. Em entrevista, John Holloway, crítico inspirador e perspicaz do capitalismo, discute as forças destrutivas do dinheiro, a dinâmica do capitalismo financeiro e os desenvolvimentos problemáticos da União Europeia, mas enfatizando, ao mesmo tempo, que outra sociedade é possível. Os autores de nosso primeiro simpósio sobre *think tanks* neoliberais nos lembram que o neoliberalismo reflete a poderosa tradição da ideia de mercados autorreguladores. Os *think tanks* neoliberais são protagonistas influentes dessa ideia, embora possamos não ter consciência disso em nossas vidas cotidianas. Karin Fischer, socióloga que pesquisa esse fenômeno em contextos internacionais, reuniu uma coleção de artigos que mostra como esses *think tanks* estão trabalhando e influenciando a sociedade.

Na última década, o cuidado e o trabalho de cuidador tornaram-se questão que tem recebido atenção crescente dos sociólogos. Para o nosso segundo simpósio, Heidi Gottfried e Jennifer Jihye Chun, pesquisadoras conhecidas nesse campo disciplinar, organizaram uma coleção de artigos que nos leva ao redor do globo para refletir sobre as profundas e contínuas mudanças de longo alcance na organização do cuidado e do trabalho de cuidador. Muitas facetas desse tópico – como os novos mercados do cuidado,

a mercantilização do corpo, as mudanças de arranjos familiares e de gênero, a migração e as cadeias globais de cuidado – podem ser tidas como fundamentalmente entrelaçadas com a transformação do capitalismo contemporâneo e com as relações de gênero, raça e classe. Além disso, apresentamos a Rede de Pesquisa para os Direitos dos Trabalhadores Domésticos, influente iniciativa transnacional de cientistas sociais e ativistas que lutam com sucesso por melhores condições de trabalho no setor.

Nos últimos anos, Hartmut Rosa, sociólogo e filósofo social alemão, tem criticado as sociedades capitalistas modernas em função de alguns de seus princípios fundamentais, isto é, sua necessidade constante de acelerar, crescer e competir. Especialmente, sua tese sobre ressonância – ou a falta de ressonância – como um dos maiores problemas do nosso tempo tem sido amplamente discutida. Nesta edição, ele dá algumas ideias sobre seu conceito de ressonância.

Além disso, uma entrevista com Jasminka Lažnjak, que atua como presidente da Associação Croata de Sociologia, destaca os desenvolvimentos no Leste e Sudeste da Europa e os desafios para a sociologia. Outro artigo analisa conflitos em torno da urbanização na China. E, por último, mas não menos importante, a equipe romena apresenta seu trabalho para a *Diálogo Global*. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores da *Diálogo Global*

> A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 17 idiomas no [website da ISA](#).

> Submissões devem ser enviadas para globaldialogue.isa@gmail.com.

isa International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores Assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor Associado: Aparna Sundar.

Editores Executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de Mídia: Gustavo Taniguti.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamín Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchian, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalon, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe: Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina: Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibur Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufica Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury.

Brasil: Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Lucas Amaral Oliveira, Benno Warken, Angelo Martins Junior, Dmitri Cerboncini Fernandes.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel.

França/Espanha: Lola Busuttill.

Índia: Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sina Bastani, Sayyed Muhamad Mutallebi, Vahid Lenjazade.

Japão: Satomi Yamamoto, Sara Maehara, Masataka Eguchi, Yuko Masui, Riho Tanaka, Marie Yamamoto, Kaori Hachiya, Ayana Kaneyuki, Erika Kuga, Kaya Ozawa, Tsukasa Shibagaki, Michiaki Yuasa.

Polônia: Jakub Barszczewski, Iwona Bojadziewa, Katarzyna Dębska, Paulina Domagalska, Łukasz Dulniak, Krzysztof Gubański, Sara Herczyńska, Justyna Kościńska, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza-Gabler, Aleksandra Senn, Anna Wandzel, Jacek Zych.

Romênia: Cosima Rughinis, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Maria-Loredana Arsene, Denisa Dan, Diana Alexandra Dumitrescu, Radu Dumitrescu, Iulian Gabor, Dan Gitman, Alina Hoarã, Aleksandra Irimie-Ana, Cristiana Lotrea, Anda-Olivia Marin, Bianca Mihăilă, Andreea Elena Moldoveanu, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Codruț Pinzaru, Susana Maria Popa, Elena Tudor.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

Taiwan: Jing-Mao Ho.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



John Holloway, um dos principais sociólogos e teóricos marxistas fala sobre as possibilidades de criar uma sociedade baseada no reconhecimento mútuo da dignidade humana e nos lembra de liberar nosso poder criativo da dominação do dinheiro.



O impacto dos **think tanks neoliberais** na tomada de decisão política (global) está em ascensão. Este simpósio persegue as raízes e os desenvolvimentos das redes neoliberais de think tanks e examina suas influências políticas, sociais e econômicas em todo o mundo.



Este simpósio lança luz sobre as questões prementes **no campo do cuidado e do trabalho doméstico**. Acadêmicos de todo o mundo relatam sobre a transformação dessa área de trabalho, sobre a organização de trabalhadores domésticos através das fronteiras e as lutas atuais por condições de trabalho decentes.



A **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

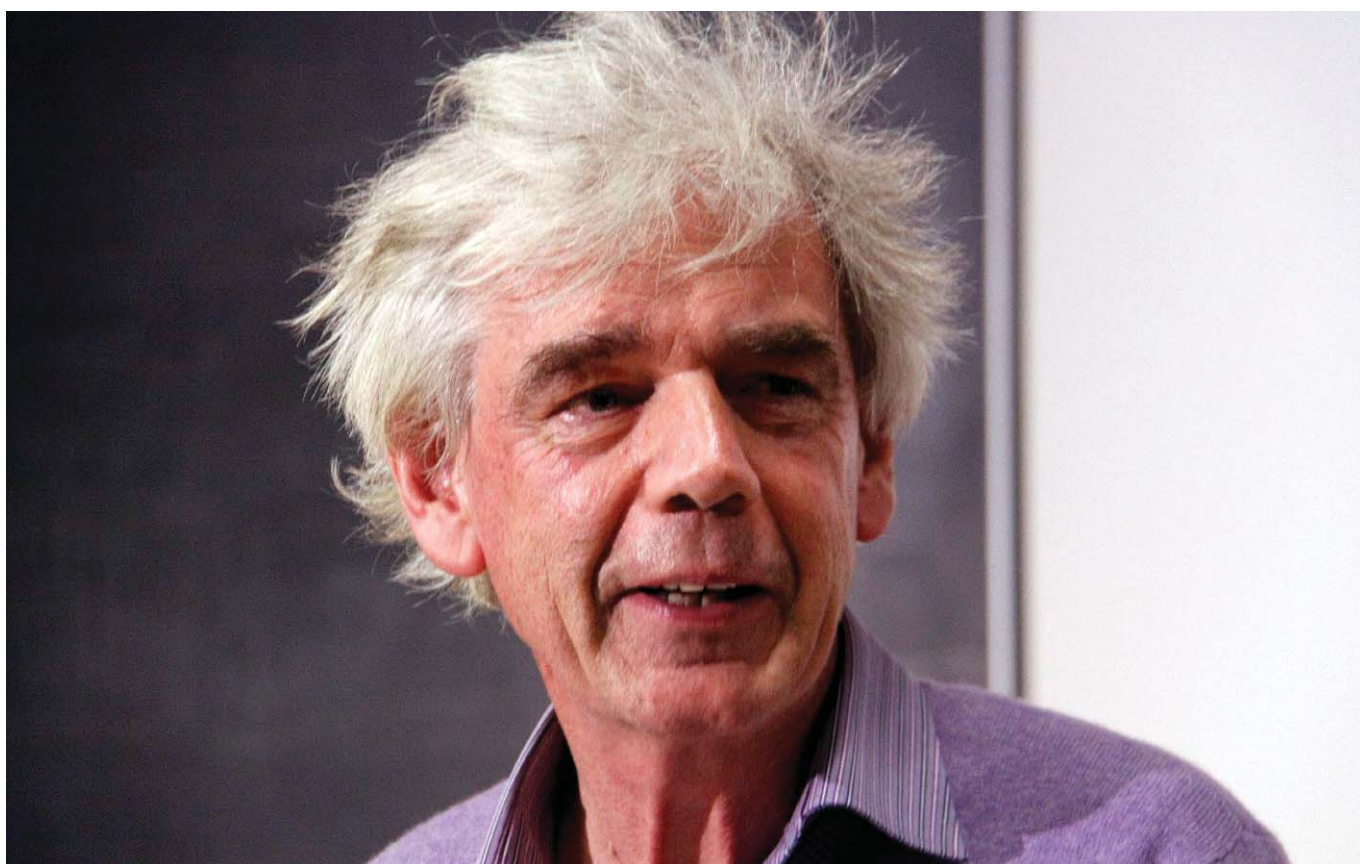
Editorial	2	Histórias interseccionais de trabalhadores domésticos organizados Por Chris Tilly e Nik Theodore, EUA e Georgina Rojas, México	26	
> FALANDO SOBRE SOCIOLOGIA				
Capitalismo, o futuro incerto da humanidade: uma entrevista com John Holloway Por Labinot Kunushevcí, Kosovo	5	A governança global do trabalho doméstico pago Por Sabrina Marchetti, Itália	29	
> THINK TANKS NEOLIBERAIS				
A rede de think tanks neoliberais Por Karin Fischer, Áustria	8	Masculinidade e paternidade: parceiros de mulheres imigrantes que ficaram para trás Por Helma Lutz, Alemanha	31	
A Rede Atlas: espalhando <i>think tanks</i> de livre mercado pelo mundo Por Karin Fischer, Áustria	10	Cingapura, um ótimo lugar para criar crianças... para quem? Por Youyenn Teo, Cingapura	33	
A política europeia dos <i>think tanks</i> Por Dieter Plehwe, Alemanha	12	Recrutamento e formação de cuidadores migrantes no Japão Por Pei-Chia Lan, Taiwan	35	
Os mestres corporativos da negação climática Por Elaine McKewon, Austrália	14	Gravidez e parto como trabalho assalariado Por Sharmila Rudrappa, EUA	37	
A rede brasileira de think tanks neoliberais Por Hernán Ramírez, Brasil	16	A rede de pesquisa para os direitos dos trabalhadores domésticos Por Sabrina Marchetti, Itália, e Helen Schwenken, Alemanha	39	
Think tanks de consultoria: uma ferramenta para o marketing ou para a hegemonia? Por Matthias Kipping, Canadá	18	> PERSPECTIVAS TEÓRICAS		
> O CUIDADO EM CRISE				
O cuidado no outro lado das fronteiras: Por Heidi Gottfried, EUA, e Jennifer Jihye Chun, Canadá	20	A ideia de ressonância como conceito sociológico Por Hartmut Rosa, Alemanha	41	
Uma crise global do cuidado? Por Fiona Williams, Reino Unido	22	A sociologia para a cooperação contra a balcanização: uma entrevista com Jasminka Lažnjak Por Labinot Kunushevcí, Kosovo	45	
Definindo um padrão de trabalho decente para trabalhadores domésticos na OIT Por Adelle Blackett, Canadá	24	> SEÇÃO ABERTA		
<i>Outsiders</i> poderosos: empreiteiros imobiliários e resistência camponesa na China Por Yue Du, EUA				48
A equipe romena da <i>Diálogo Global</i>				50

“A única questão científica que nos resta é: como sair daqui? Como podemos parar a corrida precipitada em direção à autodestruição humana? Como criamos uma sociedade baseada no reconhecimento mútuo da dignidade humana?”

John Holloway

> Capitalismo, o futuro incerto da humanidade

Uma entrevista com John Holloway



5

| John Holloway.

John Holloway é professor de sociologia na Universidade Autônoma de Puebla, no México. Já publicou amplamente sobre teoria marxista, movimento zapatista e novas formas de luta anticapitalista. Seu famoso livro *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje* (de 2002, publicado no Brasil pela Boitempo em 2003) foi traduzido para onze idiomas e provocou um amplo debate internacional na época de seu lançamento. Seu mais recente livro, *Fissurar o capitalismo* (de 2010, publicado no Brasil pela Publisher Brasil em 2013), desenvolveu ainda mais o argumento,

sugerindo que a única forma a partir da qual podemos pensar na revolução, hoje, é como a criação, expansão, multiplicação e confluência de rachaduras presentes na dominação capitalista. A entrevista abaixo é parte de um projeto sobre teoria social influente que também visa explorar a interseção da sociologia nacional e internacional por meio de conversas com grandes sociólogos. Foi conduzida por **Labinot Kunushevci**, membro da Rede de Sociólogos Júnior da ISA, que possui mestrado em Sociologia pela Universidade de Pristina, Kosovo.

>>

LK: Existem várias teorias que tentam analisar e explicar o mundo como um sistema social e os desenvolvimentos que levam à desigualdade global. Como você avalia o papel do marxismo, hoje, e qual é o futuro do marxismo e dos marxistas?

JH: A única questão científica que nos resta, hoje, é: afinal, como sair daqui? Como podemos parar a corrida precipitada em direção à autodestruição humana? Como criamos uma sociedade baseada no reconhecimento mútuo da dignidade humana?

Em outras palavras, não se trata mais desta ou daquela outra escola de pensamento. Temos que começar dizendo que não temos as respostas adequadas; não sabemos como provocar a transformação social que é tão obviamente necessária, e pensar a partir daí. A tradição do pensamento marxista também não tem as respostas adequadas; porém, ela tem o mérito de propor a questão, a questão da revolução. E quanto ao futuro, eu não sei. Mas a raiva social está crescendo em todo o mundo; se ela não tomar uma direção voltada para a transformação social radical, o futuro é realmente sombrio. Nesse sentido, o marxismo (ou algum tipo de teoria revolucionária) é crucial para o futuro da humanidade.

LK: De acordo com um artigo do [Daily Mail](#), documentos recentemente revelados mostram que a indústria do açúcar pagou propina e corrompeu cientistas de prestígio de Harvard para publicar pesquisas dizendo que as gorduras, e não o açúcar, são a principal causa de doenças cardíacas. Como você explica a corrupção da consciência acadêmica para o benefício capitalista?

JH: Em um mundo dominado pelo dinheiro, a corrupção é construída no próprio funcionamento do sistema, e isso inclui o trabalho acadêmico. Mas o problema não são apenas os casos óbvios de corrupção, como o que você mencionou, mas sim todas as forças acadêmicas e sociais que nos levam ao conformismo, que nos levam a aceitar uma sociedade que está nos matando. Provavelmente, quase todos aqueles que irão ler esta entrevista estão de alguma forma envolvidos na atividade acadêmica, como estudantes ou professores. O desafio que enfrentamos é o de colocar essa atividade acadêmica, ou seja, tudo aquilo que fazemos contra um sistema que é tão obscuro, tão destrutivo: seja em nossas discussões em seminários, seja em ensaios e artigos que escrevemos.

LK: Interessa-me a questão das masculinidades associadas a diferentes posições de poder. Raewyn Connell, em uma entrevista que eu fiz com ela, me disse: “É importante olhar para a dimensão de gênero nas ações das pessoas com poder econômico, assim como das pessoas com poder político, para explicar isso de forma adequada”. Da mesma forma, Anthony Giddens, em uma entrevista que eu fiz com ele, me disse: “A crise financeira global - ainda longe de ter sido totalmente resolvida - reflete algumas características, inclusive a dimensão de

gênero, dado o papel que a ‘masculinidade carregada’ desempenhou no comportamento agressivo daqueles que jogam no mundo dos mercados financeiros”. Qual é a sua opinião sobre o papel daqueles que jogam nos mercados financeiros mundiais e a relação da masculinidade com o poder econômico?

JH: Uma questão interessante. Acho que eu leria essas proposições na direção oposta. O comportamento agressivo daqueles que jogam nos mercados financeiros mundiais, sobretudo na crise financeira, não resulta do gênero dos atores, mas sim do contrário. Ou seja, o comportamento agressivo resulta da natureza do dinheiro e do constante e implacável impulso para a sua autoexpansão. A agressão que se inscreve na natureza do dinheiro torna provável que seus servos mais efetivos e compulsivos sejam masculinos, simplesmente porque a organização de nossa sociedade tem promovido historicamente esse tipo de comportamento entre os homens mais do que entre as mulheres. Enquanto o dinheiro existir, o comportamento daqueles que dedicam suas vidas à expansão será agressivo, qualquer que seja seu gênero. Para nos livrarmos do tipo de comportamento que identificamos como uma agressão masculina precisamos, de fato, nos livrar do dinheiro e estabelecer nossas relações sociais de maneira diferente e mais sensata.

LK: Como podemos criar uma forma de capitalismo responsável no qual a criação de riqueza esteja conciliada com as necessidades sociais?

JH: Bom, isso é impossível. O capital é a negação da criação de riqueza impulsionada pelas necessidades humanas. O capital é a criação de riqueza impulsionada pela expansão do valor, isto é, pelo lucro. Isto agora está muito claro: esse tipo de criação de riqueza está nos conduzindo para a autoaniquilação.

LK: De acordo com a Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey) de Ronald Inglehart, existem dois sistemas de valores: o sistema materialista de valores e o sistema tradicional de valores. Como as visões expressas em seus livros Mudar o mundo sem tomar o poder e Fissurar o capitalismo explicam a dinâmica da flutuação entre esses dois sistemas de valores, e como esses sistemas de valores afetam a desigualdade gerada pelo capitalismo?

JH: Não acho que seja uma questão de encontrar um equilíbrio entre sistemas de valores. Parece que estamos presos em um sistema cada vez mais violento, cada vez mais explorador e cada vez mais desigual. Não há intermediários, não há capitalismo gentil, não há meio-termo. A experiência de seus vizinhos próximos, os gregos, deixa isso muito claro. O argumento dos livros que você menciona é que temos que romper com o capitalismo, mas não sabemos como fazê-lo, por isso devemos pensar e experimentar mais. Isso não pode ser feito por intermédio do Estado, como a sua própria experiência na Iugoslávia e muitas outras

>>

experiências deixaram bem claro; então, devemos encontrar outras maneiras. Em *Fissurar o capitalismo*, eu exploro essas outras maneiras em termos dos milhões de rachaduras que já existem na textura do sistema capitalista, os milhões de experimentos na criação de outros modos de vida, seja por necessidade ou então enquanto tentativas conscientes de criar outro modo de vida; e eu chego à conclusão de que a única maneira pela qual podemos agora conceber a revolução é em termos da criação, expansão, multiplicação e confluência de tais rachaduras.

LK: Você acredita que uma sociedade igualitária é possível?

JH: Sim, mas eu não vejo isso como a questão principal. A questão central é se podemos liberar nossa atividade, nosso poder criativo, da dominação do dinheiro. Isso é possível? Espero que sim, porque, caso contrário, não vejo outro futuro para a humanidade.

Talvez você deva reescrever a pergunta e me questionar o seguinte: você acredita que é possível continuar com a atual organização da sociedade? E a resposta seria: provavelmente, mas apenas a curto prazo, porque é muito possível que o capitalismo não demore muito para nos destruir. A corrida continua: podemos nos livrar do capitalismo antes que ele se livre de nós? Não sei a resposta, mas sei de que lado estou.

LK: O Reino Unido votou via referendo para deixar a UE, enquanto a própria Europa enfrenta muitos desafios, especialmente uma crise econômica e política estrutural. Esses desafios são explicados muito bem por Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, que disse que a pressão dos EUA, do FMI e do Banco Mundial levou os estados a privatizarem ativos públicos mediante a desindustrialização de economias, o que criou oligarcas facilmente controláveis. Como isso afetará outros países dentro e fora da Europa no contexto da crise global?

JH: Suas últimas palavras, “crise global”, são as mais importantes, aqui. Os zapatistas falam da “tormenta” que já está sobre nós e que, muito provavelmente, vai piorar muito nos próximos anos. Essa tempestade está sendo sentida em

todo o mundo: Trump e Brexit são apenas aspectos disso. Como lidamos com essa situação? Transformando nossa raiva contra o capital. E, mais imediatamente, fazendo todo o possível para rejeitar o nacionalismo. O atual crescimento do nacionalismo na Europa é assustador. E a lição da história é clara: nacionalismo significa morte e assassinato, nada mais.

LK: Como o Kosovo é um pequeno país que se tornou independente há apenas dez anos, ainda enfrentamos muitos desafios, especialmente no processo de liberalização de vistos e de integração na UE. Esse isolamento está restringindo a liberdade de circulação, o contato com outros países e culturas europeias, a integração no mercado europeu e o acesso a oportunidades de emprego na Europa, enquanto que 60% da nossa população têm menos de 25 anos de idade. Sentimos a necessidade de integração e pertença à União Europeia. O que você sugere que façamos para que o Kosovo se integre à Europa?

JH: “Pertencer à União Europeia” é o mesmo que “integrar a Europa”? Certamente que não. A União Europeia é uma estrutura autoritária fortemente moldada pelo neoliberalismo. Não é de se surpreender que as pessoas tenham reagido contra isso; mas a parte realmente assustadora dessa rejeição é o nacionalismo que a acompanha (no Brexit, por exemplo). Para mim, o aspecto mais importante da União Europeia é que ela surgiu da luta contra as fronteiras após o massacre da Segunda Guerra Mundial. É isso que temos de fazer para manter vivo o melhor da integração europeia: a luta contra as fronteiras. O que isso significaria para o Kosovo? Acima de tudo, a abertura de fronteiras aos migrantes, sejam eles da Europa, do Oriente Médio, da África ou de qualquer outro lugar do mundo. É assim que você pode promover o contato com outros países e com outras culturas, é assim que você pode enriquecer a vida de 60% da população com menos de 25 anos de idade. ■

Contato com:
Labinot Kunushevci <labinotkunashevci@gmail.com>
John Holloway <johnholloway@prodigy.net.mx>

> A rede de *think tanks* neoliberais

Por **Karin Fischer**, Universidade Johannes Kepler, Áustria



Think tanks neoliberais, conectados e coordenados através de fronteiras.

Os *think tanks* podem assumir muitas formas e tamanhos, mas eles parecem estar proliferando e crescendo em importância pelo mundo todo. Anteriormente, suplementando universidades e instituições de pesquisa de grupos de interesse ou organizações associativas, hoje eles se tornaram agentes críticos na política e na formulação de políticas. A ascensão do modelo do *think tank* tem empurrado intelectuais da universidade para a margem dos debates políticos públicos. Nesse sentido, o *think tank* profissional substituiu o professor universitário como um “especialista” na mídia.

Os profissionais que trabalham em *think tanks* buscam apresentar-se como operadores tecnocráticos dedicados

>>

ao conhecimento neutro e a abordagens baseadas em evidências. Além disso, o entendimento americano tradicional de um *think tank* enfatiza a expertise independente e o interesse público.

No entanto, ao contrário das imagens divulgadas, a maioria dos *think tanks* está voltada para questões políticas. Como organizações dedicadas à especialização, à consultoria e à difusão de políticas – o requisito mínimo para funcionar como um *think tank* –, elas protegem, produzem e canalizam o conhecimento selecionado. Os estudos críticos sobre (redes de) *think tanks* têm o mérito de demonstrar que a expertise de um *think tank* é mais política do que neutra e muito mais controversa do que tecnocrática. Situados nas interseções da academia, interesses econômicos, política e mídia, os *think tanks* podem ser vistos, atualmente, como partes dos processos de formação de classe e de formação da própria sociedade civil.

Isso se aplica, em particular, à “capacidade de desenvolvimento” do direito neoliberal. Os *think tanks* de livre mercado foram os pioneiros estratégicos da “contrarrevolução neoliberal” nos anos 1970. Desde então, redes bem desenvolvidas se engajaram na “batalha de ideias” e contribuíram para a força contínua dos paradigmas neoliberais. Conectadas entre si e coordenadas através de fronteiras e, principalmente, mantendo um caráter elitista, elas tentam conquistar um público cada vez maior e influenciar questões de governança em escala nacional e internacional. Elas dedicam muita criatividade e dinheiro corporativo para desenvolver enredos e impulsionar a política em uma determinada direção. A arquitetura neoliberal transnacional é, até agora, inigualável em relação a forças concorrentes – já que poderosas corporações e bilionários apoiam-se, em grande parte, na direita política. O ambientalismo de livre mercado e o ceticismo em relação às mudanças climáticas, provenientes de redes neoliberais e neoconservadoras de *think tanks* e financiados pelas indústrias de combustíveis fósseis, mineração e energia, são um exemplo notável disso.

Os artigos desta seção destacam diferentes aspectos do fenômeno dos *think tanks*. Karin Fischer traça o desenvolvimento da Rede Atlas, mostrando que a pesquisa

em *think tanks* deve ir além do estudo de organizações individuais. Dieter Plehwe compartilha a “abordagem de rede” (<http://thinktanknetworkresearch.net/>) em sua análise do cenário de *think tanks* (neoliberais) em proliferação, hoje, na Europa. Plehwe ilumina a política dos *think tanks* políticos em seus esforços para transformar a UE em linhas neoliberais e conservadoras.

Dois estudos de caso mostram quão ferozmente a “batalha de ideias” está sendo travada. Elaine McKewon descreve o trabalho de um *think tank* neoliberal na Austrália no campo da negação das mudanças climáticas. Ela aponta, nessa medida, para as teias (corporativas) de influência mais amplas e esclarece que os *think tanks* envolvidos nessa malha compartilham a participação em redes neoliberais organizadas. No Brasil, os “combatentes da liberdade”, que são afiliados à Rede Atlas, tornaram-se os principais organizadores contra o Partido dos Trabalhadores e a presidência de Dilma Rousseff. Hernán Ramírez traça as raízes desses novos atores até os anos 1960 e mostra suas conexões com os *think tanks* mais antigos e com redes de neoliberalismo organizado no Brasil e em outros países.

Finalmente, Matthias Kipping discute, em seu artigo, um exemplo especialmente engenhoso de ocultamento do nexo entre interesse-conhecimento que caracteriza o modelo do *think tank*. As firmas comerciais globais de consultoria se dão ao luxo de manter *think tanks* na ativa, aproveitando, assim, seu caráter ostensivamente sem fins lucrativos e suas pretensões de conhecimento legítimo “baseado em evidências”.

O que esses estudos de caso sugerem para a pesquisa crítica sobre *think tanks*? Primeiro, que os *think tanks* políticos ou partidários devem ser estudados como redes transnacionais de indivíduos, organizações e ideias. Em segundo lugar, a pesquisa deve detectar as lógicas dos grupos constituintes e a influência por trás de um *think tank* ou de uma rede, em termos de compromissos ideológicos, financeiros, políticos e acadêmicos. Terceiro, que a pesquisa sobre o assunto deve adotar uma perspectiva mais ampla e situar os *think tanks* na sociedade civil e nos processos de formação de classes. ■

> A rede Atlas:

espalhando *think tanks* de livre mercado pelo mundo

Por **Karin Fischer**, Universidade Johannes Kepler de Linz, Áustria



Mudando ideias sobre o mundo através de princípios orientados para o lucro.

o pessoal do Partido Conservador (Tory) em neoliberais. Ela reuniu a plataforma eleitoral de Margaret Thatcher e ajudou a moldar suas políticas econômicas, em particular no campo da privatização e da desregulamentação.

Antony Fisher, um britânico do mundo dos negócios, oriundo de uma família de alta classe, certa feita leu a condensação que a revista *Reader's Digest* fez de *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, e ficou entusiasmado com o conteúdo. Nesse livro de guerra, Hayek ligou socialismo a fascismo e atacou o planejamento do governo que, em sua opinião, inevitavelmente, levaria à escravidão. Após a Segunda Guerra Mundial, Fisher queria entrar para a política, mas Hayek o convenceu a “esquecer a política. Os políticos apenas seguem as opiniões vigentes. Se você quer mudar os eventos, precisa mudar as ideias”. Em outras palavras, convença acadêmicos, professores, escritores, jornalistas – e os políticos logo seguirão. É desta forma que o modelo de *think tank* nasce em meados do século passado.

Hayek não poderia ter achado parceiro melhor para construir uma instituição com o objetivo de disseminar a ideia de livres mercados, Estado mínimo e liberdade individual sob o império da lei. Fisher fundou o Instituto de Assuntos Econômicos (IEA), em 1955, em Londres, que imediatamente abriu fogo ideológico contra o establishment político, como disse um dos seus presidentes. Com o tempo, a IEA converteu

Após o estabelecimento bem-sucedido da IEA, Fisher – simultaneamente bem conectado por intermédio de círculos da elite neoliberal, como a Sociedade Mont Pelerin (MPS) – dedicou sua insuspeita energia no desenvolvimento de *think tanks* neoliberais. O Instituto de Manhattan e o Centro Nacional para Análise de Políticas, nos EUA, o Instituto Fraser, no Canadá, e o Centro de Estudos Independentes, na Austrália – Fisher participava de todos eles. No início dos anos 1980, chegou a hora de começar uma outra ofensiva. O objetivo da Atlas Economic Research Foundation, conhecida simplesmente como Rede Atlas, era “espalhar pelo mundo *think tanks* de livre mercado”, nas palavras de John Blundell, ex-presidente da Atlas, diretor geral do IEA e membro do MPS. Desde a sua fundação, em 1981, a Atlas lançou ou desenvolveu cerca de 475 instituições em mais de 90 países em todo o mundo, do Chile a Hong Kong, da Islândia a Gana. A maior parte dessas organizações está localizada nos EUA e na Europa, mas a América Latina conta com 78 e o leste e o sul da Ásia contam com não menos de 37 *think tanks* radicais pró-mercado (<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>).

A experiência empreendedora de Fisher e suas conexões com o MPS proporcionaram-lhe um acesso direto aos líderes

>>

empresariais. O investidor John Templeton, vários outros banqueiros e a General Electric estavam entre os primeiros doadores. A Pfizer, Procter & Gamble, a Shell, a ExxonMobil, a British American Tobacco e a Philip Morris estão entre as empresas da lista Fortune 500 que se juntaram à generosa frente de doadores. Tanto o capital transnacional quanto grupos econômicos locais ou firmas familiares garantem uma base financeira confortável para os *think tanks* afiliados à Rede Atlas em todas as regiões do mundo. Apesar das frequentes reivindicações de independência dos fundos estatais, os membros da Atlas têm recebido financiamento do Departamento de Estado dos EUA e da Fundação Nacional para a Democracia (*National Endowment for Democracy* - NED), por exemplo.

> **Replicação estratégica e organização nacional cruzada**

A Atlas opera como organização guarda-chuva. Por um lado, fornece a empreendedores de *think tanks* quantias significativas de dinheiro para início de projetos e conselhos, ao mesmo tempo em que os conecta com os doadores. Por outro lado, a rede integra os seus membros por intermédio de eventos conjuntos, como os Fóruns Regionais da Liberdade, bolsas de viagem e prêmios. Ao desenvolver uma academia de primeira e um curso de MBA para executivos, aumenta o caráter profissional das atividades do *think tank* e de seu pessoal em todo o mundo.

A família Atlas tem uma grande variedade de membros. Existem *think tanks* que produzem e popularizam a “doutrina pura” e mantêm alguma distância da política concreta. Bons exemplos são aqueles que baseiam sua “guerra de ideias” nos princípios do pensamento hayekiano e da Escola Austríaca. Outros são mais “orientados” por políticas públicas que se dedicam à consultoria; e outros, ainda, vão além das atividades intelectuais, concentrando-se em ações diretas, envolvendo infiltração, a confecção de notícias falsas e a difamação de personalidades públicas que se encontram do outro lado do espectro político. Os novos grupos afiliados ao Atlas no Brasil, que provocaram e continuam alimentando uma guerra cultural contra o Partido dos Trabalhadores e seus representantes, são um bom exemplo disso.

Desde o início, os construtores das instituições neoliberais têm tido uma visão globalista. A remoção de barreiras contra o comércio e o investimento são elementos fundamentais para a sua utopia de “capitalismo cosmopolita”. Frequentemente negligenciado, o escopo internacional também foi importante para orientar a intervenção do Estado neoliberal em todos os lugares. Em meados da década de 1980, a Atlas começou a propagandear a ideologia do livre mercado e a criar círculos intelectuais com a mesma mentalidade nos

antigos países socialistas da Europa Oriental. As décadas de 1980 e 1990 também foram um período decisivo para atividades de *think tank* na América Latina e na Ásia. Crises da dívida internacional e regional foram seguidas por políticas de ajuste estrutural. Embora os centros de pesquisa de universidades independentes tenham sofrido com a crise, os *think tanks* bem equipados participaram de assessoria em políticas econômicas e sociais relacionadas à austeridade. Esse também foi o caso no Norte Global, onde a crise financeira de 2007-2008 colocou em ação os *think tanks* de livre mercado, que defenderam políticas de austeridade em todos os casos. A partir disso, podemos ver que a mudança de regime, as crises e a turbulência política oferecem excelentes oportunidades para os *think tanks* mobilizarem seus recursos e se engajarem na definição de agendas.

> **Uma mensagem, muitas vozes**

Quais são os principais tópicos sobre os quais o neoliberalismo organizado se engaja na batalha de ideias? Os combatentes da liberdade da Atlas orquestram esforços conjuntos contra o estado de bem-estar social, promovendo o bem-estar privatizado, que é baseado em ativos nas áreas de habitação, seguridade social, saúde e educação. O assessoramento em políticas públicas está focado na desregulamentação e na rerregulamentação de maneira amigável aos negócios; impostos baixos são sempre um argumento de venda para esses atores. A campanha transnacional “dinheiro saudável” defende reformas monetárias baseadas em princípios monetaristas rígidos. O recrutamento da líder da campanha Judy Shelton como conselheira econômica de Donald Trump (e sua nomeação como presidente da NED) provavelmente reforçará essas intervenções políticas. No Sul Global, o foco está no fortalecimento dos direitos de propriedade. Os pobres são vistos como empreendedores inovadores, treinados para explorar diversas fontes de renda. A única coisa que tem que ser feita é a remoção dos regulamentos de estrangulamento e a restauração dos direitos de propriedade. A Atlas está orgulhosa pelo fato de o Banco Mundial ter adotado essa abordagem. O índice do Banco Mundial *Doing Business* segue exatamente as recomendações políticas do Atlas.

A política neoliberal é contestada e os combatentes da liberdade encontram resistência, claro. Há também atrito dentro da própria família Atlas. No entanto, a arquitetura neoliberal transnacional construída pela Atlas cumpre o princípio fundador da replicação estratégica de Fisher: um instituto soa como um solista; muitos institutos, todos cantando um refrão semelhante, são o coro necessário para influenciar a opinião pública e, em última instância, as próprias políticas públicas. ■

Contato com Karin Fischer <Karin.Fischer@jku.at>

> Complexidade e simplificação: a política europeia dos *think tanks*

Por **Dieter Plehwe**, Centro de Ciências Sociais de Berlim (WZB), Alemanha



| Ilustração por Arbu.

É fácil notar a crescente complexidade na formulação de políticas. Isto é particularmente verdadeiro para jurisdições compartilhadas e intrincadas como a União Europeia e outras arenas de coordenação e cooperação inter e transnacional. Mas o aumento da complexidade exige o seu oposto: a simplificação. Como o conhecimento relevante é assegurado na entrada da equação e como a disseminação do conhecimento relevante pode ser canalizada? Quem define o que pertence à agenda e aquilo que será descartado?

Ao mesmo tempo, a crescente dependência de conhecimentos especializados fomentou a politização da especialização. Se as questões contestadas forem tratadas ao nível da especialização, a contestação envolverá inevitavelmente perícias concorrentes, o que dificulta os esforços de simplificação e exige a classificação da diferença relevante.

Isso é claro: ao contrário das imagens promocionais generalizadas, os *think tanks* não existem apenas, e nem mesmo primariamente, para fornecer evidências. *Think tanks* concorrentes fornecem evidências políticas para causas, projetos e visões de mundo diferentes e frequentemente opostas.

> Tornando-se relevante a nível da UE

A Europa é conhecida pela coevolução das negociações supranacionais, tomada de decisões e *lobbying*. Mas a UE é também uma enorme área de tráfico de competências, tanto académica quanto política. Devido à votação por maioria no Conselho Europeu e à melhoria da influência do envolvimento do Parlamento Europeu no processo de codecisão, tanto o Conselho como o Parlamento Europeu tornaram-se importantes locais de influência – e expertise –

>>

no comércio, para além da Comissão Europeia. Devido à fraca infraestrutura institucional em geral e à falta de especialização interna em particular, a arena da política europeia está amplamente aberta para fontes externas de conhecimento. Por exemplo, há centenas de grupos de peritos a nível da UE que trabalham de forma permanente e temporária.

Como era de se esperar, tanto os grupos de interesse europeus quanto os *think tanks* cresceram rapidamente em número. Ao contrário das empresas de *lobby* comercial, muitos *think tanks* têm a vantagem de não terem fins lucrativos e apoiarem reivindicações correspondentes à legitimidade do conhecimento. Embora o conhecimento do grupo de interesse possa ser considerado enviesado por definição, o conhecimento do *think tank* pode ser apresentado como imparcial, mesmo que um estudo seja pago por um cliente com uma perspectiva clara de interesse. A imagem positiva dos *think tanks* e a imagem negativa dos grupos de *lobby* contribuíram fortemente para a proliferação de *think tanks*, apesar da relação íntima entre o lobby expandido e o trabalho de *think tank*.

Se a maioria dos *think tanks* domésticos dos países membros da UE tem que lidar com questões políticas europeias como resultado da integração, o número de *think tanks* que estão explicitamente dedicados aos assuntos da UE está crescendo rapidamente. Um exemplo de tal organização é o *think tank* britânico *Open Europe*. De seus escritórios em Londres, Bruxelas e Berlim, ele promove a UE como uma união unicamente econômica. A *Open Europe* é apoiada por várias empresas britânicas e por políticos conservadores (como o partido político Tory). Como muitos *think tanks* pró-mercado, a *Open Europe* fazia parte da Rede de Estocolmo, que foi o centro britânico da maior rede neoliberal de centros de estudos europeus desde meados da década de 1990 até 2009, contando com mais de cem membros. Desde então, foi sucedido pela Fundação *New Direction Foundation* e pela rede de *think tank* da Aliança dos Conservadores e Reformistas Europeus. Tanto a família-partido (Tory) quanto a própria fundação sofrerão com o Brexit; mas a *Open Europe* e a Fundação *New Direction*, provavelmente, continuarão trabalhando juntas para transformar a UE em linhas neoliberais e mais conservadoras. Como os grupos de interesse britânicos perderão o acesso aos círculos de decisão europeus após o Brexit, eles provavelmente aumentarão o uso de canais alternativos entre os quais os *think tanks* figuram de forma proeminente.

Crescendo fora da extinta Rede de Estocolmo, estão as colaborações internacionais dedicadas a tarefas específicas, como a rede *Epicenter*, responsável pelo “índice estatal de babás” promovida pelo *think tank* sueco Timbro para se opor à regulamentação do governo e promover a “liberdade do consumidor”. Timbro é uma organização poderosa financiada pelas associações empresariais suecas desde o final da década de 1970 e bem conhecida pela advocacia neoliberal agressiva

na Suécia e em toda a Europa. Timbro atribui muito peso à austeridade, à “flexigurança” e à transformação neoliberal do estado de bem-estar em geral.

> Modelar e selecionar o conhecimento da integração europeia

Entre os maiores *think tanks* europeus que promovem a integração europeia está o Centro Alemão de Pesquisa Política Aplicada. Ele se beneficia dos recursos financeiros e organizacionais da maior fundação corporativa privada da Alemanha, a Fundação *Bertelsmann*, mas também utiliza recursos da Universidade Ludwig Maximilian, de Munique. Outro exemplo é a *Notre Europe* na França, criada pelo ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors. Situada em Paris e Berlim, é um bom exemplo de um *think tank* que desempenha uma função de “porta giratória”: fundada por ex-membros de Bruxelas, oferece oportunidades de carreira para jovens profissionais.

Parece adequado terminar com uma palavra sobre Bruegel, o mais proeminente *think tank* no campo da economia internacional e da política econômica europeia nos dias de hoje. Concebido em 2005 por grupos de interesses alemães e franceses, opera com uma equipe de 30 pessoas e conta com financiamento de diferentes Estados membros e corporações, o que lhe permite manter distância da Comissão Europeia. Amplamente elogiado por seu perfil acadêmico e político de qualidade, Bruegel encontrou águas revoltas quando promoveu Eurobonds para lidar com a crise financeira. O financiamento alemão vem dos Ministérios das Finanças e da Economia, e o Ministro da Economia ficou furioso quando a proposta de autoria de economistas franceses e alemães ligados à socialdemocracia pareceu gerar ímpeto político. A autoridade de Bruegel ameaçou enfraquecer a obstinada oposição da Alemanha ao acúmulo de dívida soberana até Angela Merkel encerrar o debate em 2012 (“apenas sobre o meu cadáver”). Em um esforço para conciliar financiadores e *think tank*, a posição alemã no órgão consultivo de Bruegel foi dada ao conselheiro econômico mais próximo de Merkel, Lars-Hendrik Röller.

Indiscutivelmente mais importante do que as ligações domésticas europeias de saber e poder são as dimensões transatlânticas do trabalho de Bruegel. Ele foi criado para operar como parceiro estratégico e instituto correspondente ao Instituto Peterson de Economia Internacional, em Washington, DC. Quando os Eurobonds foram discutidos na mídia dos EUA, por exemplo, a proposta de títulos azuis de Bruegel foi a principal referência. Diante da complexidade, a vida é facilitada por intelectuais, jornalistas e tomadores de decisão mediante o estabelecimento de uma hierarquia de conhecimento, não importa quão política seja sua simplificação. ■

Contato com Dieter Plehwe <dieter.plehwe@wzb.eu>

> Os mestres corporativos da negação climática

Por **Elaine McKewon** Universidade de Tecnologia de Sydney, Austrália



Ilustração por Rocco Fazzari.

Muito antes da política da pós-verdade e da “morte dos especialistas”, já existia o negacionismo climático. Ao longo dos últimos 30 anos, vimos nos Estados e na Austrália esse fenômeno insidioso criar raízes e infestar o debate público: a construção de uma falsa controvérsia científica no noticiário (fundamentalmente, notícias falsas baseadas na opinião de falsos especialistas); uma verdadeira guerra contra o conhecimento científico; desprezo pela academia e pela produção científica de conhecimento; e teorias da conspiração concebidas para desacreditar os cientistas, destruir a confiança do público na ciência e alimentar um movimento social anticientífico tão histérico e hostil que fez quaisquer políticas de mitigação dos efeitos climáticos parecerem impossíveis.

O negacionismo climático foi mais bem sucedido nos Estados Unidos e na Austrália, onde *think tanks* neoliberais financiados pelas indústrias de combustíveis fósseis, mineração e energia operam como empreendedores políticos nos meios de comunicação – é por meio deles que a maioria das pessoas se informa sobre ciência. Na Austrália, a origem do negacionismo climático pode ser traçada até o Institute of Public Affairs (IPA), um *think tank* neoliberal sediado em Melbourne. Antes um *think tank* conservador apático, o IPA foi alvo de uma agressiva operação de tomada de controle no final dos anos 1970, liderada pelo empresário da mineração e entusiasta neoliberal Hugh Morgan. Depois desse golpe, o IPA foi relançado como um *think tank* neoliberal novinho em folha, comprando brigas nos meios

de comunicação em busca de resultados favoráveis para seus doadores. Desde o final dos anos 1980, o IPA se tornou o maior oponente da ciência climática, das políticas de redução das mudanças climáticas e da indústria da energia renovável na Austrália.

> A invasão do campo científico liderada pelos Estados Unidos

O IPA faz parte de uma rede neoliberal transnacional que inclui uma alta concentração de *think tanks* norte-americanos. Em 1998, o braço direito de Morgan, Ray Evans, participou de um encontro crítico do *American Petroleum Institute* e da *Global Climate Coalition* (GCC) para auxiliar no esboço do Plano de Ação Global de Comunicação de Ciência Climática. A estratégia envolvia mobilizar estratégias de relações públicas, recrutar cientistas que rejeitam o consenso sobre mudanças climáticas para irem aos meios de comunicação e, ainda, produzir uma torrente de notas para a imprensa, artigos de opinião e cartas ao editor opondo-se à ciência climática e à aprovação de políticas de redução das emissões de gases do efeito estufa.

No ano seguinte, o IPA aceitou em sua direção um representante da Burson-Marsteller, empresa de relações públicas da GCC. Em seguida, o IPA passou a procurar um novo diretor executivo capaz de transformar o instituto em ator-chave nos debates nacionais sobre políticas públicas, disposto a exercer, pessoalmente, uma presença persuasiva nos meios de comunicação e ainda atrair mais financiamento

>>



Marcha pela ciência de Portland, Portland, EUA, 2017.

através da identificação de patrocinadores potenciais que pudessem se beneficiar dessas atividades. O escolhido poderia esperar um bônus de 50% sobre o salário base de 140.000 dólares se os Indicadores de Performance nas áreas de engajamento midiático e aumento do financiamento fossem atingidos.

John Roskam, nomeado diretor executivo do IPA em 2004, havia trabalhado anteriormente como diretor de comunicação corporativa da gigante mineradora Rio Tinto e como gerente de pessoal e de campanha do Partido Liberal. Roskam não apenas conseguiu promover a imagem do IPA rotinizando seu acesso ao noticiário; ele também encontrou um jeito de registrar o IPA como um instituto de pesquisa apartidário e sem fins lucrativos cujos patrocinadores secretos poderiam abater suas doações como isenções fiscais.

Ao mesmo tempo, Roskam estabeleceu os “testas de ferro” do IPA, como a *Australian Climate Science Coalition* (ACSC), financiada pelo Heartland Institute nos Estados Unidos. A missão da ACSC era contestar o consenso científico global sobre a mudança climática e evitar na Austrália a criação de políticas de mitigação do impacto climático e de redução da emissão de gases do efeito estufa.

> A guerra midiática contra a ciência climática

Examinando de perto, os “consultores científicos” da ACSC não montaram um argumento cientificamente fundamentado contra o consenso científico sobre a mudança climática. Pelo contrário, como colaboradores de longa data do IPA e da *IPA Review*, eles continuaram a se basear em narrativas ideológicas que colocavam a mudança climática como uma conspiração esquerdista. Essas mesmas narrativas espalhavam-se do IPA para o grande público por meio de figuras públicas de direita, que passaram a considerar o IPA e seus “testas de ferro” como modelos intelectuais e ideológicos. Assim, o arsenal retórico do IPA guarneceu jornalistas e editores direitistas com narrativas

que demonizavam os cientistas climáticos e a esquerda.

Isso pode ser visto claramente nos debates parlamentares preliminares à introdução de um *Emissions Trading Scheme* (ETS) na Austrália em 2009. Um dos consultores científicos da ACSC, o geólogo e diretor de companhia de mineração Ian Plimer, publicou um livro por meio de uma editora ligada ao IPA no qual argumentava que a mudança climática causada pelo ser humano era simplesmente impossível. Ele ainda defendeu que a mudança climática é uma conspiração envolvendo cientistas e a esquerda e ridicularizou qualquer um que apoiasse políticas de redução de impactos climáticos.

A publicação do livro de Plimer seguiu um padrão similar àquele dos *think tanks* estadunidenses, conhecidos por publicarem livros “céticos” com relação ao meio ambiente às vésperas de debates importantes. Como nos Estados Unidos, Plimer embarcou numa campanha de divulgação na imprensa, a qual originou 219 artigos nos jornais australianos. Notavelmente, sua vinculação ao IPA nunca foi mencionado.

Enquanto o livro de Plimer era aclamado por jornalistas e editores de direita como um indiscutível contra-argumento frente ao consenso sobre a mudança climática, os cientistas o classificaram universalmente como pura ficção. Ao mesmo tempo, em suas aparições públicas Plimer denegria os cientistas climáticos e todos que apoiassem políticas de redução dos impactos da mudança climática. Numa entrevista, ele chegou a dizer que “*através de um punhado de ambientalistas raivosos, o aquecimento global humanamente induzido se transformou numa crença religiosa [...] por isso comparo a atuação dos criacionistas com o modo como alguns ambientalistas e global warmers operam*”.

Apesar de sua falta de conhecimento de ciência climática e de sua inabilidade para montar qualquer desafio sério ao consenso científico sobre a mudança climática, Plimer ressoou em seu público-alvo. Depois da publicação do livro, caiu a confiança dos cidadãos na ciência climática, o ETS foi derrotado e políticos de direita abraçaram Plimer como um Galileu dos dias de hoje. ■

Contato com Elaine McKewon <elaine.mckewon@gmail.com>

> A rede de *think tanks* neoliberais no Brasil

Por **Hernán Ramírez**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil



“Manifestoche”: figura carnavalesca da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti manipulada pela burguesia de São Paulo, Carnaval do Brasil 2018.

Desde as manifestações de 2013, o Brasil passou por momentos de grande instabilidade política e mudanças ideológicas abruptas, assistindo a uma guinada de políticas desenvolvimentistas para uma agenda neoliberal que já tinha começado a ser colocada em prática durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Não se tratou de uma mudança espontânea, mas sim do resultado da ação de diversos atores e fatores. Alguns já estavam em campo, enquanto outros surgiram e se consolidaram junto com a própria conjuntura. Por isso, nossa discussão vai começar com o novo momento,

mas também vai considerar elementos pré-existentes.

Um dos epifenômenos que marcou esses eventos foi, sem dúvida, a irrupção de movimentos formados predominantemente por pessoas jovens brandindo um discurso neoliberal de direita. É o caso, particularmente, do *Movimento Brasil Livre*, dos *Estudantes pela Liberdade* e do *Vem Pra Rua*. Ainda que saibamos pouco sobre eles, há evidências que os ligam a *think tanks* relacionados com essa mudança ideológica. Eles espalharam suas ideias sobretudo por meio das redes sociais, usando vários canais interconectados ligados a outros centros com raízes neoliberais.

Em muito pouco tempo, as ações desses grupos os permitiram recrutar um grande número de indivíduos e armá-los com uma narrativa rudimentar. As pessoas que eles mobilizaram inundaram as redes sociais e os meios de comunicação de massa e de lá saíram para as ruas e praças das cidades, em protestos que criaram as condições necessárias para que atores institucionais depusessem a presidente recém-eleita.

Ao invés de organizações estruturadas organicamente em torno a um núcleo irradiador de ideias de ações, esses grupos se tornaram redes funcionando numa espécie de simbiose, com seus recursos movendo-se em triangulações. É uma rede intrincada, especialmente para o Brasil, que é um país com limitadas organizações representativas a nível nacional. Isso vale especialmente para sua burguesia, que tende a agir de acordo com divisões e partidos políticos regionais. Estes últimos dependem fortemente de chefes políticos locais e não têm programas políticos coerentes.

> Um breve histórico do nosso objeto

Precisamos de algumas balizas históricas para compreender a tessitura da rede de *think tanks* neoliberais em atuação. A penetração dessas ideias pode ser traçada à metade dos anos 50, quando começaram a se espalhar. Institucionalmente, elas criaram raízes no final daquela década por meio de

>>

uma primeira geração de think tanks. Destacam-se o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD) e o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPES). Ambos colaboraram com os adversários do presidente trabalhista João Goulart na formulação de políticas públicas; e suas ideias foram aplicadas na primeira fase da ditadura que o sucedeu, mas começaram a perder terreno no final dos anos 60.

Tal descontinuidade é outra das características que marcam o desenvolvimento institucional do neoliberalismo no Brasil. Além de fortes clivagens regionais, as instituições mencionadas dedicaram-se mais à propaganda do que à formulação de políticas. A formulação foi reservada a instituições educacionais privadas como a Fundação Getúlio Vargas e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, não houve maiores esforços na formação de pessoal técnico, que costumava ter a mesma origem social dos empresários, permitindo um fluxo contínuo entre essas duas esferas.

A segunda onda de criação de *think tanks* neoliberais ocorreu após a abertura democrática, durante os anos 80, período em que surgiram os Institutos Liberais (IL). Eles foram fundados a partir de consultas a Anthony Fisher, fundador e inspirador do *Institute of Economic Affairs* e da *Atlas Network*, e seguiam as mesmas linhas gerais no Rio de Janeiro, em São Paulo e noutras capitais. A unidade de Porto Alegre adotou o nome de *Instituto Liberdade* e é independente das demais.

Isso ajuda a entender porque as pessoas que dirigiram a política econômica brasileira durante a administração de Fernando H. Cardoso – os anos dourados do neoliberalismo no Brasil – vieram da PUC-Rio. Eles mais tarde tiveram sucesso como banqueiros, donos de fundos de investimento e conselheiros políticos. Depois de saírem do governo, encontraram abrigo na *Casa das Garças* (ou *Instituto de Estudos de Política Econômica*), talvez o mais importante

dos think tanks neoliberais. Muitos deles são também membros do *Instituto Millenium*, fundado por um filósofo de Porto Alegre e um economista da PUC-Rio. Os dois são ligados a corporações de mídia hegemônicas, as quais, por sua vez, afirmam ser think tanks ativistas. O *Fórum da Liberdade* se tornou o encontro mais importante do grupo, tendo-se tornado um núcleo que reúne seus parceiros uma vez por ano em Porto Alegre. Também deve ser mencionada a fluidez com que esses grupos compartilham seus membros.

> Existe luz no fim do túnel?

Este é um contexto difícil, dado a expansão da rede, seu discurso e suas ações – eles conseguiram plantar uma agenda neoliberal na política de econômica da própria Dilma Rousseff. Isso, contudo, não impediu a queda de seu indicado, levando mais tarde ao impeachment, que colocou no poder Michel Temer e a equipe econômica que deu uma guinada na política adotada pelo Brasil até 2013.

Apesar de tudo, parece que a tendência está entrando em exaustão. As alegações usadas para justificar a troca de regime não conseguiram ir além de um senso comum que, de qualquer modo, já estava posto pela nova onda internacional, nem tampouco puderam produzir consenso para além de círculos limitados. Além disso, as políticas públicas promovidas nessa terceira onda neoliberal já estão mostrando sinais de fracasso, muito bem refletidos no desinteresse dos eleitores pelos candidatos que os reivindicam. Isso contrasta com a popularidade persistente do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que resistiu com firmeza à turbulenta tempestade. ■

Contato com Hernán Ramírez <hramirez1967@yahoo.com>

> *Think tanks* de consultoria: ferramentas de marketing ou de hegemonia?

Por **Matthias Kipping**, Universidade de York, Canadá

Conectando o mundo e colonizando tudo?



Ao examinarmos no jornalismo de negócios os debates sobre as últimas tendências, por exemplo *big data*, inteligência artificial ou o futuro da indústria, frequentemente nos deparamos com relatórios produzidos pelos *think tanks* das maiores firmas globais de consultoria. O mais citado é possivelmente o *McKinsey Global Institute* (MGI), mas costumam aparecer também, entre outros, o *Accenture Institute for High Performance*, o *IBM Institute for Business Value* ou o *Henderson Institute* do *Boston Consulting Group*. A maioria de suas publicações referem-se a negócios, mas alguns deles comentam sobre questões macroeconômicas e abordam assuntos mais amplos como o futuro da globalização ou igualdade de gênero. A influência desses

“institutos” e seus “insights” é atestada por um dos mais utilizados *rankings* de *think tanks*. Entre os 25 “Melhores *think tanks* com fins lucrativos”, aparecem quatorze que são vinculados a firmas de consultoria, com o MGI no topo. Todavia, “com fins lucrativos” é uma caracterização enganosa, já que – ao contrário de todos os outros serviços de consultoria – os seus “insights” são gratuitos. Logo, a questão é: por que as consultorias os criaram?

> Liderança intelectual ou promoção do medo?

O pioneiro foi o MGI em 1990, mas logo apareceram outros. Uma resposta simples para o motivo de sua criação é que eles servem como ferramenta de marketing num mercado

>>

de consultoria gerencial cada vez mais competitivo. Os gerentes contratam serviços de consultoria por causa de seu “conhecimento superior” – ou ao menos é assim que eles precisam justificar o recurso às consultorias perante seus pares. Desse ponto de vista, as empresas de consultoria montam *think tanks* para demonstrar seu “conhecimento superior”, e de fato é assim que seus objetivos são frequentemente descritos. Ainda que sem fazer referência direta aos *think tanks*, alguns pesquisadores que estudam o mundo da consultoria destacaram uma causa mais interessante para a autoproclamada “liderança intelectual”. Eles sugerem que a sucessão de ideias gerenciais promovidas pelos consultores – ou “modas”, como tendem a chamá-las para destacar sua natureza efêmera – serve para deixar os gestores com medo de um futuro altamente inseguro, se não ameaçador, e levá-los, assim, a contratar consultores como se fossem guias ou simplesmente numa tentativa de se sentirem mais confortáveis. A leitura dos relatórios desses *think tanks* de fato deixa qualquer um preocupado sobre como lidar com as mudanças desafiadoras ou mesmo ameaçadoras que eles preveem – preocupação para a qual os próprios relatórios oferecem na melhor das hipóteses respostas muito genéricas –, levando assim, logicamente, os gestores a procurarem as consultorias que estão por trás dos *think tanks* capazes de alertar a respeito dessas profundas mudanças.

> Copiando ou suplantando a academia?

Indo mais longe, os relatórios também ajudam os consultores a abrir novos mercados para seus serviços, sejam eles novas áreas ou setores funcionais ou mesmo economias emergentes. Eles servem para sinalizar sua competência ao oferecer “*insights*” profundos a respeito de qualquer assunto, gerando interesse em clientes potenciais e, em última instância, legitimando as soluções que serão propostas a esses clientes. Isso leva a uma segunda razão de ser dos *think tanks*, ainda mais abrangente. Diz respeito a sua posição em meio às “autoridades da gestão”, como já foram chamadas, que incluem escolas de negócios e o jornalismo de negócios. Não surpreende que a maioria dos “institutos” utilize a linguagem acadêmica para descrever suas atividades, apelidando os consultores que assinam os relatórios de “pesquisadores” ou “pesquisadores associados” e até mesmo contratando acadêmicos reconhecidos, incluindo prêmios Nobel, como conselheiros. Eles também espalham seus resultados em conhecidos veículos jornalísticos, tanto de graça – por meio de artigos que usam suas ideias – ou em seções pagas.

A Deloitte provavelmente é a que foi mais longe nessa direção, criando sua própria “*Deloitte University Press*”. Mais uma vez, isso poderia ser considerado apenas marketing eficiente, emprestando mais credibilidade àquilo que os consultores têm a dizer. Mas também pode refletir um esforço para cavar mais espaço no interior

da “indústria do conhecimento gerencial”. Os próprios pesquisadores da administração podem ter criado a oportunidade ao se moverem cada vez mais na direção do paradigma de pesquisa das ciências naturais – em parte empurrados, incidentalmente, pelos indicadores objetivos de performance introduzidos pelos próprios consultores no serviço público. Apesar de afirmar pomposamente sua própria relevância, a maioria da pesquisa em administração hoje em dia é praticamente incompreensível e até desinteressante para os gerentes, que, portanto, ficam em geral felizes em se basear nas “pesquisas” oferecidas pelos *think tanks* de consultoria. A questão é por quanto tempo os consultores precisarão potencializar sua legitimidade utilizando penduricalhos acadêmicos. Muitos professores de escolas de negócios já procuram aumentar sua credibilidade diante de profissionais e estudantes destacando suas credenciais como consultores.

> Colonizando tudo?

Essa busca dos consultores por ainda mais autoridade para definir as boas práticas nos leva a uma explicação ainda mais abrangente – e, de certa forma, a entrar no terreno da teoria da conspiração. Será que a criação desses *think tanks* não faz parte de um plano para dominar não apenas a evolução do mundo dos negócios, mas também a economia, a sociedade e mesmo a política numa escala global? Isso parece menos desarrazoado se considerarmos o tamanho e o alcance de muitas dessas firmas, as quais hoje em dia aconselham não somente empresas, mas muitas outras organizações, incluindo a Igreja Católica e governos de todos os matizes. É ainda mais plausível se tomamos em consideração o número de “alunos” que passaram por elas, muitos dos quais têm posições de liderança nos negócios e em outros domínios, incluindo a academia – confira o histórico do seu reitor –, pessoas que compõem o público principal dos “*insights*” e da visão de futuro que esses *think tanks* propõem.

Nada disso tem, necessariamente, que ser sombrio. Tudo depende do tipo de ideias que estão sendo geradas e disseminadas. Esses *think tanks* e as firmas de consultoria que os criaram poderiam até atuar como forças do “bem” – o bem comum, não apenas o bem dos bolsos de seus parceiros e acionistas. E há indícios de que alguns desses institutos têm feito isso, por exemplo, no que diz respeito à igualdade de gênero ou à necessidade de um capitalismo minimamente sustentável. Contudo, a história da indústria da consultoria e seus impactos até agora oferecem razões para cautela, se não preocupação. ■

Contato com Matthias Kipping <mkipping@schulich.yorku.ca>

> Cuidando através de fronteiras: a transformação do cuidado e do trabalho de cuidado

Por **Heidi Gottfried**, Wayne State University, EUA, presidente do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02) e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44) e Mulheres na Sociedade (RC32); e **Jennifer Jihye Chun**, Universidade de Toronto, Canadá, e membro do RC02 e do RC44



O estudo do cuidado situa-se no centro dos debates contemporâneos sobre as transformações sociais, políticas e econômicas do mundo de hoje. O número inédito de mulheres jogadas na corrente humana que cruza as fronteiras em busca de trabalho reproduz novos e antigos padrões de desigualdade de classe, gênero, racial e nacional. A “crise do cuidado” levanta questões relacionadas aos custos e consequências de uma economia neoliberal profundamente desigual e injusta, sobretudo para as mulheres predominantemente

pobres, migrantes e racializadas que carregam nas costas a responsabilidade desproporcional de cuidar dos outros. Ela também aponta a predominância de empregos mal remunerados e informais quando se trata de cuidar de crianças, idosos e residências, bem como para ideologias relacionadas ao cuidado que mascaram e frequentemente desvalorizam o trabalho envolvido em atividades que vão desde a limpeza até o sexo, a intimidade e a reprodução biológica. Nossa lente analítica, que parte do feminismo interseccional e da economia política global, permite enxergar algo muitas vezes

invisibilizado: o trabalho de cuidado e sua importância na sustentação da vida cotidiana.

A influência do mercado e circuitos transnacionais de trabalho de cuidados transformaram as relações sociais e os modos de pertencimento, do momento da concepção até as experiências com a morte. No senso comum, espera-se que o cuidado seja oferecido de graça, por amor, e retribuído em termos de seu valor intrínseco de uso, em vez de “profanamente” compensado em dinheiro ou em troca de um direito abstrato de cidadania. Embora todas

as formas de trabalho íntimo ou de cuidado tenham sido desvalorizadas, uma área florescente de pesquisas investiga as mulheres “barriga de aluguel” que não recebem reconhecimento social, político e legal por seu trabalho. O trabalho das mães de aluguel é ainda menos claro devido à linha confusa que diferencia troca de mercadorias e de presentes. Os futuros pais podem se refugiar nos sentimentos altruístas da relação de dádiva ao invés de enxergarem uma relação impessoal de exploração ligada à crescente mercantilização da intimidade e do trabalho reprodutivo.

Uma combinação de diversos atores e instituições influencia o valor atribuído ao cuidado, algo socialmente necessário e indispensável para a vida cotidiana no capitalismo. A exclusão dos trabalhadores do cuidado das proteções legais existentes, sejam eles migrantes temporários, mães de aluguel voluntárias ou trabalhadores não-assalariados, desvaloriza ainda mais o cuidado como se fosse um trabalho de amor e devoção. Por meio de políticas públicas, os Estados passaram a regulamentar, estabelecendo responsabilidades (e riscos) para os trabalhos de cuidado, mas também realizaram reformas que aprofundaram a mercantilização do trabalho íntimo e de cuidado. Singapura, por exemplo: a criação, pelo Estado, de opções privatizadas e altamente mercantilizadas para atender às demandas de cuidado por meio de um programa de atração de trabalhadoras estrangeiras corrobora o papel do Estado de privilegiar as famílias de classe média e alta em detrimento das famílias trabalhadoras. Os processos associados de privatização e mercantilização do cuidado estão associados a trabalhos mal remunerados e instáveis para os trabalhadores do cuidado.

O amor e o cuidado são transferidos e transformados ao longo de fluxos globais de cuidado. Evocar a imagem de cadeias globalizadas de cuidado amplia nossas perspectivas para visualizar as relações espaciais de poder.

Dentro dos lares das trabalhadoras migrantes, membros da família deixados para trás negociam a provisão de trabalho material e emocional para seus filhos e residências. Evidências dos países pós-socialistas do Leste Europeu mostram que o trabalho do “amor materno” não é assumido da mesma forma por pais sozinhos, que constroem formas defensivas de masculinidade para se protegerem da ridicularização e da exclusão. Ligar trabalhadores que migram grandes distâncias a receptores de cuidado e empregadores através de fronteiras costuma envolver diversos intermediários, de agências de trabalho privadas a tratados nacionais bilaterais. No Japão, a expansão dos programas governamentais de cuidado para a população em envelhecimento do país resultou em uma busca inesperada por migrantes com treinamento profissional que fossem capazes de “mediar” suas diferenças culturais e étnicas frente aos clientes japoneses. As cadeias globalizadas de cuidado vinculam famílias de distintas regiões da economia global e refletem a reorganização das relações de poder públicas e privadas no interior e entre as instituições da família, da sociedade civil, do Estado e da economia.

Contudo, se em geral essas práticas formam um sistema poderoso de opressões interseccionais, não deixa de haver oposição. Em alguns casos, podemos ver a adaptação de sindicatos e organizações da sociedade civil aos novos desafios; noutros, vemos o desenvolvimento de alianças e solidariedades tão inesperadas quanto importantes em defesa dos trabalhadores do cuidado e em favor de um tratamento justo. No interior dos lares ou nos corredores do governo, os trabalhadores do cuidado estão negociando e constestando relações de desigualdade e subordinação; por vezes, reproduzindo divisões do trabalho marcadas por gênero, etnia e raça, mas outras vezes forjando identidades e subjetividades solidárias.

A crescente mercantilização do cuidado criou um novo sujeito po-

lítico, que tem criado novas formas de ação coletiva. A nível global, uma longa campanha levada a cabo pelas organizações de trabalhadores e seus aliados pressionou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a adotar o primeiro padrão de regulamentação do trabalho doméstico (Convenção 189) em 2011. Depois da exclusão histórica em virtude da associação com a escravidão doméstica e a servidão colonial, a convenção finalmente oferece aos trabalhadores domésticos um vocabulário comum e uma plataforma global para lutar por direitos trabalhistas, influenciar políticas públicas a nível nacional e exigir normas internacionais em busca de melhores condições de trabalho e da expansão do “trabalho decente” para os trabalhadores domésticos.

Legados históricos e contextos políticos nacionais também determinam as estratégias e os meios à disposição dos movimentos sociais. A organização dos trabalhadores domésticos remonta à virada do século XX, outro período de significativa agitação social e econômica. O ativismo atual nos Estados Unidos e no México apresenta estratégias inovadoras de luta social, apoiadas na intersecção de múltiplas identidades, com o objetivo de conquistar membros e aliados. Na Índia, a mobilização focaliza nos direitos humanos e busca solidariedade internacional (ao invés de regional) para pressionar o governo nacional; enquanto no Equador, os movimentos apostam na igualdade de direitos trabalhistas e enfatiza mais a solidariedade regional do que a global. A nova economia política transnacional do cuidado alterou as estruturas de oportunidades políticas, o que tem não apenas influenciado os atores sociais engajados na regulamentação do cuidado, mas também transformado os horizontes políticos da organização e da ação coletiva. ■

Contato com:
Heidi Gottfried <ag0921@wayne.edu>
Jennifer Jihye Chun <jj.chun@utoronto.ca>

> Uma crise global do cuidado?

Por **Fiona Williams**, Universidade de Leeds e Universidade de Oxford, Reino Unido, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19)

© Organização Internacional do Trabalho



O aumento da migração – na qual a metade dos 223 milhões de migrantes atualmente são mulheres – assinala os diferentes modos pelos quais o trabalho de cuidados [care] se tornou uma questão global e transnacional. Muitas mulheres que migram de Estados pobres ou frágeis encontram trabalho no cuidado pago, limpeza ou serviço doméstico, cuidando de crianças, idosos e residências nos países mais ricos. Elas se deslocam do Sul Global para o Norte, mas também no interior dessas regiões. Paralelo a essas cadeias globais do cuidado, cresce o recrutamento de enfermeiras e médicas de países de renda baixa e média, feito por Estados e agências privadas, para trabalharem nas casas, hospitais e serviços de saúde do mundo rico. No processo, os compromissos de cuidado dessas trabalhadoras migrantes com relação a seus pais idosos ou seus filhos estica-

se por sobre continentes inteiros. A indústria do cuidado, ao mesmo tempo, tornou-se um grande negócio internacional à medida que firmas de agenciamento de trabalhos de cuidado expandem suas operações ao redor do mundo. Num movimento distinto, instituições financeiras remetem o dinheiro dos migrantes de volta para casa. Para alguns países de renda média-baixa, como as Filipinas, enfermeiras e trabalhadoras do cuidado são um importante “produto de exportação” fomentado pelo Estado – constituindo a maior fonte de divisas estrangeiras do país.

Essa economia política transnacional do cuidado reflete e reforça um acúmulo de mudanças e crises relacionadas com as desigualdades sociais, econômicas e geopolíticas. Em primeiro lugar, está o aumento global no envolvimento das mulheres no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos isso é marcado pela

mudança do modelo do “macho provedor” para outro, o qual pressupõe que todos os adultos, homens e mulheres, devem ser trabalhadores remunerados. Nas regiões mais pobres, a destruição das economias locais, o desemprego e a pobreza pressionaram as mulheres a assumir cada vez mais o papel de provedoras.

> A dinâmica das necessidades de cuidado

Nos países desenvolvidos, o cuidado tornou-se um problema social, político e fiscal central. À medida que suas populações envelhecem e caem as taxas de fertilidade, aumenta a proporção de pessoas que demandam cuidados. Esses indicadores de uma crise do care, contudo, não são menos alarmantes nos países em desenvolvimento, onde, no extremo, na África, AIDS, doenças crônicas, desastres naturais e uma alta taxa de dependência infantil colocam enorme

peso sobre as mulheres, das quais se espera que sustentem e cuidem com muito poucos recursos e infraestrutura – mas é claro que diferentes países experimentam os impactos dessa crise de modos diferentes. A migração, frequentemente para desempenhar trabalho doméstico e de cuidados, é uma forma de essas mulheres encontrarem oportunidades, ainda que isso aumente as responsabilidades daqueles que ficam para trás.

Ao mesmo tempo, os Estados desenvolvidos estão cortando despesas sociais e procurando formas econômicas de atender a suas necessidades de cuidado. O mercado privado se tornou uma faceta central da oferta de cuidados mesmo nos Estados de bem-estar com alto investimento público em cuidados, como a Suécia. Isso tem significado a terceirização de serviços locais ou nacionais e a distribuição de abatimentos em impostos, vouchers ou outros benefícios às famílias, aos deficientes e a outras pessoas para ajudá-los a contratarem no mercado privado os cuidados de que necessitam. Nos lugares onde isso é desregulado ou com pouca regulamentação, as pessoas com menor poder de barganha preenchem a vaga: mulheres da classe trabalhadora local, migrantes das áreas rurais (como na China) e, cada vez mais, mulheres migrantes transnacionais. Muitas vezes elas são sobrequalificadas – na União Europeia, as migrantes têm mais que o dobro de chance de serem sobrequalificadas do que suas correspondentes locais. Com menos direitos sociais a habitação e proteção social, elas estão mais sujeitas ao trabalho precário, mal remunerado e doméstico.

Todavia, esse fenômeno relativamente novo também se soma a

desigualdades históricas. A presente desvalorização do trabalho de cuidado como trabalho feminino “não-qualificado”, combinada com um tipo persistente de servidão racializada na qual mulheres de minorias étnicas têm sido tradicionalmente recrutadas em privado ou por Estados de bem-estar para fazerem trabalho doméstico e de cuidado. Se as dificuldades para equilibrar trabalho e vida, enfrentados por muitas mulheres, podem ser resolvidos por meio da delegação do cuidado e da limpeza para mulheres de classes ou países mais pobres, isso não ajuda a alterar as persistentes divisões de gênero do trabalho doméstico.

> A intersecção do cuidado com outras crises globais

O movimento transnacional do trabalho de cuidado combina-se com outras crises globais. Primeiro, os efeitos da austeridade que se seguiu à crise financeira global intensificaram as iniciativas estatais para oferecer serviços a custos menores. Na Espanha, onde dois terços dos trabalhadores do cuidado são migrantes, a queda na renda causada pela austeridade levou à diminuição do número de horas trabalhadas e dos salários dos trabalhadores migrantes. As remessas em dinheiro para casa caíram pela metade. Segundo, a dependência dos países ricos em relação aos trabalhadores migrantes coexiste com o aumento da xenofobia. Os debates políticos sobre a crise de refugiados têm pressionado as políticas imigratórias e isso afeta os trabalhadores migrantes do cuidado. As políticas não apenas estão ficando mais restritivas para os trabalhadores “não-qualificados” (categoria que acaba abrangendo os trabalhadores do cuidado), mas vêm também limitando seu acesso a benefícios sociais básicos. Muitos dos debates opõem soberania nacional e

custo econômico a direitos humanos e humanitarismo. De fato, num sentido Polanyiano, todas essas crises – das finanças, do cuidado e aquelas que afetam os migrantes e os refugiados – transformam seus sujeitos em mercadorias fictícias, ameaçando a segurança, a solidariedade e a sustentabilidade.

O que fazer? O ativismo transnacional e internacional de organizações de trabalhadores domésticos levou a Organização Internacional do Trabalho a apresentar a Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Domésticos em 2011. Outras estratégias globais incluem o apoio oferecido em 2010 pela Organização Mundial da Saúde a um código de ética para os países aplicarem quando forem recrutar trabalhadores migrantes da área da saúde. Tudo isso é importante, mas a questão do trabalho migratório de cuidados precisa ir além. Cuidado e migração são problemas de direitos humanos e de sustentabilidade. São essenciais o livre deslocamento, os direitos da cidadania e a hospitalidade com aqueles que fogem da violência. É preciso reconhecer que poder dar e receber cuidados são direitos humanos fundamentais. A lógica predominante das políticas públicas baseia-se no produtivismo, na liberalização dos mercados e em levar mulheres para os lugares onde as necessidades de cuidado passam a ser regulamentadas como trabalho remunerado. Numa perspectiva de longo prazo, o cuidado deve ser central nas estratégias globais de justiça social, ser reconhecido como um bem social coletivo e, assim como o trabalho migrante, deve ser considerado central para as economias nacionais e global, para o bem-estar, a interdependência e a sustentabilidade humana. ■

Contato com Fiona Williams
<J.F.Williams@leeds.ac.uk>

> Definindo um padrão de trabalho decente para trabalhadores domésticos na OIT

Por **Adelle Blackett**, Universidade McGill, Canadá



Comitê da Conferência da OIT para a Convenção Nº 189, 2011.

No final de março de 2018, recebi uma ligação urgente da agência das Nações Unidas especializada em questões de trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para a surpresa de muitos, o Conselho Administrativo da OIT acabara de adotar uma resolução determinando que a organização se preparasse para negociar um novo tratado internacional sobre trabalho decente para os trabalhadores domésticos. Fui convidada a atuar como especialista-chefe da OIT, participando de um processo para tornar o trabalho doméstico visível.

> A “invisibilidade” do trabalho doméstico

Como pessoas que cuidam dos outros, os trabalhadores e trabalhadoras domésticos estão acostumados a

não serem de fato vistos e ouvidos. A história nos chama a atenção para as conexões com a escravidão doméstica e a servidão colonial, bem como para os indícios persistentes, no senso comum, da relação desigual de status entre o mestre e o serviçal. As diversas caracterizações sociológicas, muitas vezes tocantes, do trabalho doméstico em sociedades pós-coloniais ou pós-apartheid põem em evidência que os trabalhadores domésticos continuam “invisíveis”, mesmo desempenhando atividades duras e sujas associadas com a reprodução social. A literatura da economia política vem destacando a questão dos trabalhadores domésticos – frequentemente com alta instrução e responsabilidades próprias relacionadas ao cuidado – deixarem suas famílias e lares para oferecerem serviços de cuidado no exterior. A literatura capta como esse trabalho transnacional e tradicionalmente fe-

minino continua sendo econômico e socialmente desvalorizado.

A OIT calcula que há pelo menos 67 milhões de mulheres e homens no trabalho doméstico; uma em cada 25 mulheres no mundo é uma trabalhadora doméstica. As contribuições das trabalhadoras domésticas para a economia global são subestimadas, apesar do aumento da demanda por cuidados privados. Alguns falam em cadeias globais do cuidado; Rhacel Parreñas refere-se à extração de recursos de cuidado, enfatizando que os países exportadores do Sul Global oferecem trabalhadores subsidiados, frequentemente bem-educados, para o Norte Global, o que facilita ainda que esses países construam seus mercados nas costas dos migrantes do Sul Global. O movimento transfronteiriço

>>

de trabalhadores domésticos é uma estratégia para o envio de remessas associada a um projeto neoliberal de crescimento econômico que se ancora na migração temporária.

Os trabalhadores domésticos exigiram reconhecimento por meio do estabelecimento de um padrão internacional. Eles vinham se organizando há décadas e conseguiram estabelecer uma rede transnacional, misturada com federação sindical, para defender seus direitos de modo unificado num fórum internacional. A Organização Internacional do Trabalho foi fundada há quase um século, em 1919, como uma instituição tripartite contando com representação dos trabalhadores, empregadores e governos. As primeiras palavras de seu documento constitutivo afirmam que “a paz universal e duradoura somente poderá ser alcançada se for baseada na justiça social”, e em 1944 a Declaração da Filadélfia acrescentou que “o trabalho não é uma mercadoria”. Apesar de dos alertas urgentes, desde 1936, para que fosse adotada uma resolução sobre o trabalho doméstico, o estabelecimento de um padrão de trabalho decente esperou até que o estabelecimento de padrões de qualquer tipo saísse de moda na OIT. Havia muita coisa em jogo na definição de um padrão para o trabalho doméstico.

> Regulamentando o trabalho decente para trabalhadores domésticos

A legislação trabalhista está sob constante ataque, tanto por medidas neoliberais de austeridade quanto por suas rígidas fronteiras, que excluem os trabalhadores cada vez mais marginalizados da economia informal. O trabalho decente para os trabalhadores domésticos levou tanto

a reconhecer quanto a desafiar as fronteiras da lei trabalhista. Eu preparei o Relatório sobre Legislação e Prática [*Law and Practice Report*] da OIT procurando manter a postura crítica, mas ao mesmo tempo recorrendo estrategicamente ao discurso de direitos para estimular a inclusão: isto é, os trabalhadores domésticos exigiram seu direito de serem incluídos na lei trabalhista. A exigência foi significativa porque a Convenção e a Recomendação não foram concebidas para serem meros instrumentos simbólicos ou uma “carta” abstrata de direitos: elas eram detalhadas e abrangentes.

Diferindo das abordagens tradicionais de transplantação legal, sempre imaginadas para irradiar do Norte Global para o resto do mundo, os instrumentos incluídos no experimento regulatório emergiu em grande medida de países do Sul Global como África do Sul e Uruguai, juntamente com países como a França. Os padrões foram concebidos para ampliar a noção de trabalho decente que a OIT passou a promover desde que estendeu o “trabalho decente para todos” em 1999. Sob a Convenção número 189 e a Recomendação número 201, trabalho decente passou a significar muito mais do que condições decentes de trabalho. Seriam reconhecidos direitos igualitários para os trabalhadores domésticos e liberdade de associação, e as proteções seriam estendidas para o trabalho forçado e o trabalho infantil. Seria incluído o acesso à seguridade social, incluindo licença-maternidade e saúde e segurança no trabalho – ainda que se reconhecesse que esses últimos tivessem que ser estendidos progressivamente. Mas havia ainda mais. Foi estipulado um bônus por assegurar a existência e o pleno funcionamento de mecanismos de inspeção e resolução de conflitos. Trabalho decente passou a ser tam-

bém prestar atenção às questões migratórias, para coibir práticas de exploração.

A Convenção 189 e a Recomendação 201, que a acompanhava e complementava, almejam nada menos que mudar a concepção de trabalho doméstico, de uma que garante a subordinação para outra que questiona as assimetrias de poder. Elas fazem parte da construção de uma ordem legal transnacional alternativa, contra-hegemônica e transgressora, e permitiram que essa nova ordem começasse a se estabelecer e difundir.

O processo não é livre de riscos. Temo, em particular, que os responsáveis pela regulamentação do trabalho doméstico continuem a perpetuar a subordinação e a servidão por meio – e não apesar – das iniciativas de regulamentação trabalhista, e na onda de novos padrões internacionais, a exemplo da abordagem neoliberal para a assim chamada economia dos serviços terciários, que se prolifera e se materializa nos corpos de mulheres marginalizadas e racializadas. Apesar disso, é significativo que 25 países do Sul e do Norte Globais tenham ratificado a Convenção 189 em menos de sete anos. É também significativo que tenham surgido comunidades de aprendizado para trocar experiências e promover o trabalho decente para trabalhadores domésticos por meio da solidariedade internacional. Acima de tudo, é significativo que trabalhadores domésticos tenham se mobilizado e continuem a insistir que, quando se trata de trabalho decente para trabalhadores domésticos, “não se pode fazer nada por nós sem a nossa participação”. ■

Contato com Adelle Blackett
<adelle.blackett@mcgill.ca>

> Histórias interseccionais de organização dos trabalhadores domésticos

Por **Chris Tilly**, Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Sociologia do Trabalho (RC30), Movimentos Trabalhistas (RC44), e Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47), **Georgina Rojas**, Centro de Pesquisas e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS), México, e **Nik Theodore**, Universidade de Illinois, em Chicago, EUA.



Aliança Nacional dos Trabalhadores Domésticos (NDWA), dezembro de 2015.
Foto: NDWA.

Pesquisas sobre a organização de trabalhadores informais avançaram recentemente simplesmente demonstrando que os trabalhadores empregados informalmente podem se organizar com sucesso e analisando como essas organizações são bem-sucedidas. Embora numerosos estudos de caso examinem a mobilização de trabalhadores informais em um único setor, dentro de um único país e

período histórico (e muitas vezes dentro de uma única organização), poucos estudos tentaram alavancar comparações transnacionais ou históricas para explicar as formas, estratégias e grau de sucesso dos movimentos de trabalhadores informais.

Três correntes de ativismo caracterizam a evolução das trajetórias de organização e defesa de direitos nos dois países. Os dois primeiros

fluxos constroem uma identidade interseccional de “mulher que trabalha”. Um fluxo mobilizou profissionais de elite feministas; o outro consiste em sindicatos. O terceiro fluxo, que chamamos de “novos movimentos sociais”, compreende vários movimentos inovadores de base construídos em torno de identidades como mulheres, membros de grupos étnicos ou migrantes (nenhuma delas, na verdade, “novas” identidades). A história que aqui contamos baseia-



Aliança Nacional dos Trabalhadores Domésticos (NDWA): Peregrinação ao Papa, setembro de 2015. Foto: NDWA.

se em várias fontes, incluindo nosso próprio trabalho de campo recente, mas se baseia especialmente na pesquisa histórica de Mary Goldsmith, no México, e na de Premilla Nadasen e Eileen Boris, nos EUA.

Três correntes de ativismo caracterizam a evolução das trajetórias de organização e defesa de direitos nos dois países. Os dois primeiros fluxos constroem uma identidade interseccional de “mulher que trabalha”. Um fluxo mobilizou profissionais de elite feministas; o outro consiste em sindicatos. O terceiro fluxo, que chamamos de “novos movimentos sociais”, compreende vários movimentos inovadores de base construídos em torno de identidades como mulheres, membros de grupos étnicos ou migrantes (nenhuma delas, na verdade, “novas” identidades). A história que aqui contamos baseia-se em várias fontes, incluindo nosso próprio trabalho de campo recente, mas se baseia especialmente na pesquisa histórica de Mary Goldsmith, no México, e na de Premilla Nadasen e Eileen Boris, nos EUA.

> Comparando histórias mexicanas e estadunidenses

No México, uma primeira onda de ativismo, aproximadamente entre 1900 e 1950, foi inicialmente impulsionada por feministas de elite ligadas ao movimento revolucionário, e mais tarde, ao Partido Revolucionário Institucional (PRI). As trabalhadoras domésticas juntaram-se mais tarde, organizando dezenas de sindicatos (ligados ao PRI) da década de 1920 até a década de 1940. Desenvolvimentos semelhantes ocorreram nos EUA durante o mesmo período, embora não tão duradouros: as feministas da elite profissional pressionaram pelos direitos das trabalhadoras domésticas das décadas de 1920 a 1940, e novamente na década de 1960. Como suas irmãs mexicanas, as trabalhadoras domésticas americanas organizaram sindicatos no período entre 1930 e 1940, neste caso sob os auspícios do Congresso das Organizações Industriais.

A partir dos anos 1970, novos movimentos sociais desempenharam um papel especialmente proeminente de uma maneira que envolveu al-

>>

gumas rupturas com o passado. No México, novas associações de trabalhadoras domésticas formaram-se com o apoio de organizações da teologia da libertação e intelectuais feministas desconectadas e frequentemente críticas do PRI. Elas destacaram desproporcionalmente as identidades migrantes e indígenas (intranacionais) das trabalhadoras domésticas mexicanas. Nos EUA, o controle do *Comitê Nacional de Emprego Doméstico*, um veículo de proteção de direitos das feministas da elite profissional que funcionava desde a década de 1920, passou para Edith Barksdale-Sloan, em 1972. Barksdale-Sloan, uma feminista negra que tornou comum a causa do Movimento Afro-Americano pelos Direitos Civis, apoiou a formação de dezenas de organizações locais de trabalhadoras domésticas negras que floresceram no início dos anos 70, mas depois declinaram. Na década de 1990, ativistas dos direitos dos imigrantes e mulheres negras feministas responderam à mudança demográfica do trabalho doméstico cada vez mais de afro-americanas para mulheres imigrantes, organizando novas associações baseadas principalmente em comunidades de imigrantes, culminando na formação da *Aliança Nacional dos Trabalhadores Domésticos* nos anos 2000.

Mas os sindicatos de trabalhadoras domésticas também tiveram um ressurgimento em ambos os países, alimentados por algumas das mesmas novas energias do movimento social. Nos EUA, aproveitando as mudanças

na lei estadual que afetou um grande número de trabalhadores da assistência domiciliar, financiados com recursos públicos para cuidado de idosos e deficientes, os sindicatos progressistas do setor público, com fortes bases entre as comunidades negras e mulheres, organizaram sindicatos em vários estados populosos dos anos 80 em diante. No México, a maior e mais influente associação de trabalhadores domésticos, o *Centro de Apoio e Treinamento de Empleados Domésticos* (CACEH) formou um sindicato, a *União Nacional dos Trabalhadores Domésticos Homens e Mulheres* (SINACTRAHO), em 2015 - o primeiro sindicato ativo dos trabalhadores domésticos desde a década de 1940 - aproveitando uma oportunidade política de abertura na Cidade do México, que é uma jurisdição separada no México. A líder principal do CACEH e do SINACTRAHO, Marcelina Bautista, de certa forma, incorpora toda a evolução do movimento mexicano das trabalhadoras domésticas. Migrante do estado pobre e fortemente indígena de Oaxaca, ela se tornou ativista em um grupo organizado pela teologia da libertação, depois trabalhou com defensoras feministas da classe média, com quem rompeu para formar uma associação liderada por trabalhadoras e depois - novamente, orientada por feministas trabalhistas de classe - estabeleceram um sindicato.

> Implantando a subjetividade

Entre as três correntes organizadoras, e até certo ponto, dentro de cada fluxo

ao longo do tempo, as organizações nos EUA e no México enfatizaram diferentes aspectos das identidades intersetoriais das trabalhadoras domésticas para mobilizar novas bases e forjar alianças com aliados externos. As identidades que se combinaram interseccionalmente para sustentar a organização das trabalhadoras domésticas ao longo desses fluxos foram - sem implicar um caminho evolutivo - primeiro, de mulheres, segundo, de trabalhadoras, e terceiro, de minorias marginalizadas e racializadas. Os movimentos implantaram o que Chela Sandoval chama de "subjetividade tática", acessando múltiplos eixos mobilizadores, estruturas e aliados de maneiras que se adaptam a configurações variáveis de poder. Seus avanços foram fortalecidos por mudanças na estrutura de oportunidades políticas que, por sua vez, permitiram que as organizações de trabalhadoras domésticas alcançassem, não apenas o reconhecimento público e o apoio de representantes-chave da sociedade civil, mas também uma presença nacional crescente nos círculos de formulação de políticas. Para as trabalhadoras domésticas nesses países, então, identidades intersetoriais têm sido fundamentais tanto para atrair membros e construir unidade organizacional, como para formular estratégias de sucesso. ■

Contato com:

Chris Tilly
<tilly@ucla.edu>

Georgina Rojas
<georgina@ciesas.edu.mx>

Nik Theodore
<theodore@uic.edu>

> A governança global do trabalho doméstico pago

Por **Sabrina Marchetti**, Universidade Ca' Foscari de Veneza, Itália

Em Genebra, 16 de junho de 2011, em meio aos aplausos e ao canto de dezenas de trabalhadoras domésticas reunidas de toda parte do mundo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção nº 189 (C189) “relativa ao trabalho decente para trabalhadoras domésticas” e a Recomendação nº 201. Essa foi uma conquista notável em comparação à tradicional falta de direitos para uma categoria de trabalhadores que, em diferentes contextos sociais, geralmente pertencem aos grupos mais empobrecidos e socialmente estigmatizados (mulheres e crianças pobres, migrantes indocumentados, minorias étnicas, etc.). Em vários países, o trabalho doméstico não é reconhecido como “trabalho” e, portanto, excluído das proteções trabalhistas. As trabalhadoras domésticas são frequentemente privadas de salários monetários e recompensadas apenas com alimentação e abrigo. Além disso, em países onde o trabalho doméstico é regulado por leis trabalhistas, as disposições diferem significativamente das existentes para outros empregos, com menor remuneração e menor proteção social.

No entanto, nos últimos anos, tem havido um desenvolvimento gradual do que pode ser visto como a “governança global do trabalho



Este projeto recebeu financiamento do Conselho Europeu de Pesquisa (ERC), no âmbito do programa de pesquisa e inovação Horizon 2020 da União Europeia. (Registro 678783 - DomEQUAL)

doméstico remunerado”: uma estrutura com multicamadas e altamente heterogênea para a melhoria dos direitos das trabalhadoras domésticas, com a interação de diferentes tipos de atores globais e locais. No processo, o status das trabalhadoras domésticas remuneradas - suas condições precárias e a discriminação que enfrentam em diferentes partes do mundo - passou a ser visto como um “problema global” cuja governança é um desafio que ultrapassa as fronteiras nacionais. De fato, do ponto de vista institucional, não só a OIT, mas também as Nações Unidas Mulheres, a *Organização Internacional para as Migrações*, o *Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento*, a *Agência Europeia dos Direitos Fundamentais*, a *Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres* e vários sindicatos internacionais realizaram ações específicas para promover os direitos das trabalhadoras domésticas

nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a fundação da Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (IDWF) em Montevidéu, em 2012, revelou a expansão global desse movimento trabalhista, construído a partir de novas conexões entre organizações nacionais e regionais existentes, compostas (exclusivamente) de trabalhadoras domésticas.

Nesse cenário, é importante considerar o impacto da C189 nas campanhas pelos direitos das trabalhadoras domésticas travadas em diferentes contextos nacionais. De fato, quando nos aproximamos das especificidades do caso de cada país, o comportamento dos movimentos sociais, estados e organizações internacionais em relação a essa questão mostram diferenças importantes. É comum ver formas bastante contrastantes de organizações estatais e não-estatais posicionarem-se em torno da

“o status das trabalhadoras domésticas remuneradas passou a ser visto como um problema global cuja governança é um desafio que ultrapassa as fronteiras nacionais”

questão, revelando como o caráter dependente do contexto dos direitos das trabalhadoras domésticas pode, em última análise, condicionar a capacidade de mobilizar atores em cada contexto. Isso levanta questões como: como diferentes atores locais estão reagindo à C189 como uma medida de “governança global” para os direitos das trabalhadoras domésticas? Qual o papel do Estado nesse processo? Como esses processos se relacionam com as transformações políticas e sociais mais amplas que ocorrem nos níveis nacional e regional?

Como forma exemplar de responder a essas perguntas, com base nos dados disponíveis para a equipe de pesquisa do projeto [DomEQUAL](#), considero os casos da Índia e do Equador, que refletem exemplos contrastantes de como os atores locais (estatais e não-estatais) assumiram a C189 como uma oportunidade de mobilização para os direitos das trabalhadoras domésticas.

No nível estatal, o Equador e a Índia mostraram duas atitudes opostas: o governo equatoriano promoveu ativamente os direitos das trabalhadoras domésticas em suas reformas socioeconômicas mais amplas, enquanto o governo indiano relutou em colocar a questão em sua agenda política, apesar da pressão de grupos da sociedade civil. Essas diferenças nacionais dão forma a modalidades muito diferentes de campanhas para os direitos das trabalhadoras domésticas, resultando

em diferentes papéis, propósitos e escopo de ação para os principais atores sociais.

As diferenças entre a Índia e o Equador também refletem as diferenças entre suas regiões geográficas. O caso do Equador espelha a tendência na região do Caribe e da América Latina, durante o período dos governos esquerdistas no Brasil, Bolívia, Equador e Venezuela, de melhorar as condições dos grupos sociais pobres e vulneráveis, incluindo as mulheres no trabalho doméstico. Parece haver um efeito de emulação com os governos da América Latina e do Caribe se juntando ao processo de ratificação, um após o outro. Hoje, a região tem a maior concentração de ratificações, com quatorze signatários desde o momento da redação. O caso da Índia é contextualizado em uma região onde, em comparação com a América Latina, menos reformas foram adotadas para melhorar os direitos humanos das mulheres e dos migrantes em geral. Em toda a Ásia, apenas as Filipinas ratificaram a C189 até o momento. Isso tem um impacto negativo nos direitos das trabalhadoras domésticas.

Por essas razões, a Índia e o Equador também mostram tendências diferentes em relação a quem ocupa o papel de “ator incumbente”, ou seja, o ator que promoveu novos avanços normativos e legais nos direitos das trabalhadoras domésticas. Considerando que, no Equador, foi o governo nacional que promoveu um novo quadro normativo, esse não é o

caso na Índia, onde a legislação existe apenas no nível de alguns estados locais (como Kerala); para o resto do país, a OIT continua sendo o principal ator na promoção da proteção legal das trabalhadoras domésticas. Na Índia, eu argumento que o estado nacional poderia ser descrito como um adversário dentro do campo.

Para concluir, podemos traçar a hipótese de que nesses dois países as diferenças na interação entre os atores se uniram em torno de ideias diferentes: a melhoria dos direitos humanos das trabalhadoras domésticas na Índia, em oposição às melhorias mais específicas de suas condições de trabalho no Equador. Essas duas configurações diferentes do objetivo da campanha correspondem aos diferentes tipos de atores que, juntamente com as organizações de trabalhadoras domésticas, apoiam e promovem a campanha. Dado o quadro muito amplo da campanha na Índia, era difícil encontrar um ator relevante trabalhando em questões de igualdade e direitos humanos que não aderisse à campanha pelos direitos das trabalhadoras domésticas. Esse não foi o caso no Equador, no entanto, onde as partes interessadas dos movimentos tradicionais feministas, indígenas e de trabalhadores estavam mais relutantes em participar da campanha, vendo-a como separada de seus próprios objetivos. ■

Contato com Sabrina Marchetti
<sabrina.marchetti@unive.it>

> Masculinidade e paternidade

Parceiros de mulheres imigrantes

Por **Helma Lutz**, Universidade Goethe, Frankfurt, Alemanha, membro da ISA desde 1990, membro dos Comitês de Pesquisa sobre Racismo, Nacionalismo, Indigeneidade e Etnia (RC05), Mulheres na Sociedade (RC32) e Biografia e Sociedade (RC38) e presidente eleita (2018-22) do RC05



| *Negociando desempenhos de cuidado?*

suas experiências como pais solteiros no contexto pós-socialista em que os homens – ao contrário de antes – são obrigados a desempenhar uma masculinidade próspera.

Durante a transformação do “socialismo” em uma economia de “mercado livre” na maior parte da Europa Oriental, redes de segurança social garantidas e financiadas pelo Estado foram abolidas ou significativamente reduzidas. Milhões de pessoas perderam seus empregos em consequência de reformas no sistema econômico. As mudanças econômicas também incluíram a abolição da provisão estatal no setor de cuidados: muitos jardins de infância e escolas foram fechados ou privatizados. Com a adoção de um novo sistema político, veio a rejeição ao “matriarcado socialista” e a reintrodução da masculinidade hegemônica tradicional, baseada no ideal do homem que ganha dinheiro. Sob pressão econômica, esse ideal tornou-se difícil de cumprir e as migrações em larga escala dos homens podem ser entendidas como tentativas de atender aos novos padrões de masculinidade. Ao mesmo tempo, as mulheres – entre elas, muitas mães – começaram a migrar em números ainda maiores, o que pode ser visto como uma continuação de sua antiga

Nos últimos quinze anos, os estudos centraram-se nas consequências da migração da mulher solteira para as suas famílias, em particular para as crianças não-migrantes. No entanto, as ex-

periências e práticas dos pais que ficaram para trás, no país de origem, dificilmente foram pesquisadas. No meu estudo sobre as trabalhadoras migrantes da Europa do leste, analiso as práticas de paternidade dos pais que ficaram para trás e

>>

identidade de “co-ganha-pão”. Nesses casos, como seus maridos/parceiros experimentam a ausência de suas esposas? Esses pais estão sujeitos a temores associados a perder sua masculinidade hegemônica? Como os cuidados diários são praticados em tais famílias?

> Estilos de paternidade solteira

O estudo descreve três tipos de práticas de cuidado por pais solteiros: o “pai solitário”, o “pai comandante” e o “pai envolvido”. O primeiro é o caso de Costica, o “pai solitário”. Costica é um bem educado fazendeiro na Moldávia, o qual cuida de seus três filhos como pai solteiro. Sua esposa deixou a família para trás por muitos anos, quando ela trabalhava sem documentos como cuidadora em uma família italiana. Todas as três crianças estão envolvidas no trabalho na fazenda e na casa. O pai atribui as tarefas, mas garante que o trabalho seja dividido igualmente e que o trabalho escolar não seja negligenciado. Ele não questiona a necessidade de cuidar de seus filhos, mas enfatiza sua incapacidade de *cuidar deles como a mãe*. O pai se sente culpado por – como ele diz – estar roubando seus filhos de sua infância. Ele compara suas práticas de paternidade a uma cópia do cuidado materno e enfatiza suas deficiências.

O segundo tipo, o “pai comandante”, é muito mais difundido do que esse tipo de pai solitário. O pai ucraniano Sergij, um ex-professor, administrou seu próprio negócio durante a migração de sua esposa como trabalhadora doméstica para a Polônia. Ele delega as tarefas práticas em parte aos seus sogros e em parte às crianças e se orgulha de evitar o trabalho doméstico. Ele se apresenta como um especialista em gerenciar a ausência da mãe, dando instruções aos membros de sua família; em suas próprias palavras, ele está *comandando as tropas*. Assim que a esposa retornar, as responsabilidades da casa e dos filhos voltam para ela.

Sua prática de paternidade está de acordo com a distribuição de tarefas de gênero da masculinidade hegemônica tradicional.

Um terceiro tipo, o “pai envolvido”, que era muito raro na amostra, é o caso de Pawel, um técnico polonês que ficou para trás com seu filho de cinco anos, enquanto sua esposa trabalhou como empregada doméstica (diarista) na Alemanha. Como a maioria dos homens em sua situação, ele mantém seu trabalho como supervisor em uma fábrica de automóveis, onde trabalha em turnos diurnos e noturnos. Pawel se esforça para fazer justiça aos requisitos de cuidados e a todas as tarefas domésticas e de cuidados; em suas próprias palavras, ele quer administrar sozinho. Como *pai envolvido*, ele se orgulha de fazer as duas coisas – criar o filho e se manter no trabalho – com todas as complicações que costumam ser associadas às mães solteiras.

> Negociando desempenhos de cuidado

A partir desses estudos de caso, as diferenças entre a prática da paternidade do “pai envolvido”, do “pai comandante” e do “pai solitário” tornam-se evidentes. O que eles têm em comum é a insistência em fazer o trabalho remunerado e, portanto, a tentativa de satisfazer o ideal hegemônico de paternidade, mesmo quando isso é erodido e financeiramente não é oportuno. Enquanto Pawel se encarrega das tarefas de cuidados “maternais”, a codificação feminina parece não ser problemática; mas seu modelo de cuidado colide com as demandas de seu local de trabalho e, nesse sentido, sua experiência equivale a de mães trabalhadoras que sofrem de uma carga de trabalho dupla. Sergij rejeita qualquer indício de troca de papéis ou de tentar substituir a mãe desde o início e, em vez disso, tenta defender a aparência externa de um único chefe de família, apesar do fato da realidade ser outra.

Afirmo que a prática da paternidade de Pawel e Costica pode certamente ser classificada como igual àquela esperada de uma mãe – uma prática derivada das famílias co-sustentadas sob o socialismo de Estado, onde não era uma realidade ideal, mas sim uma realidade prática. Dado o atual ideal da paternidade hegemônica, é óbvio que os pais que ficam para trás têm pouca ou nenhuma chance de serem reconhecidos como pioneiros da prática modificada da paternidade. Em vez disso, eles devem se proteger contra a experiência de descrédito de serem excluídos e rotulados de fracos – e, como consequência disso, eles não questionam o atual modelo hegemônico.

Em suma, os casos ilustram dois aspectos da migração. Em primeiro lugar, o impacto emocional e a tensão prática que os membros da família experimentam no contexto da fragmentação familiar. Os pais que ficam para trás devem negociar seu desempenho afetivo não apenas com seus parceiros, mas também com sua vizinhança e com a sociedade em geral. Como a maioria dos países da Europa Central e Oriental considera a migração de mulheres “temporária” e se recusa a reconhecer sua contribuição econômica, esses países remetentes negam programas especiais de apoio a famílias que ficam para trás. Da mesma forma, os beneficiários do trabalho doméstico e de cuidado nos estados receptores ignoram, em grande parte, os custos emocionais e as lutas enfrentadas pelos trabalhadores. Em segundo lugar, quando as mulheres se tornam chefes de família, a maioria das sociedades de envio percebe que sua ausência em casa causa lacunas e problemas de gênero. A atualização e o empoderamento da paternidade como “trabalho” digno poderiam ser uma resposta adequada pelos estados remetentes; algo que, infelizmente, não é percebido em parte alguma. ■

Contato com Helma Lutz <lutz@soz.uni-frankfurt.de>

> Cingapura, um ótimo lugar para criar crianças... Para quem?

Por **Youyenn Teo**, Universidade Tecnológica de Nanyang, Cingapura, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Pobreza, Assistência Social e Política Social (RC19) e Mulheres na Sociedade (RC32)



Realidades contrastantes em Cingapura.

Nos últimos anos, a questão da “harmonia na vida pessoal e profissional” veio à tona como uma questão pública em Cingapura. O estado de Cingapura aumentou o apoio social para permitir que os pais - particularmente as mães - equilibrem o trabalho assalariado com o cuidado das crianças. Ao mesmo tempo, o programa de trabalhadoras domésticas estrangeiras, um componente central da solução do estado para atender às necessidades de assistência, continua a crescer sem parar. Em paralelo ao crescimento da atenção às políticas públicas, surgiu uma ampla gama de serviços comerciais voltados às crianças. Centros de cuidados infantis e jardins de infância possuem instalações, relações professor-aluno e pedagogias proporcionais aos seus preços. Centros especializados atendem a pais que querem que seus filhos passem tempo em atividades como música, xadrez, arte e artesanato, dança, esgrima, artes marciais, futebol, natação, tênis etc. “Centros de ensino” comerciais, com orientação acadêmica, estão em shopping de todos

os bairros; estes desempenham papéis centrais nas rotinas cotidianas das crianças que frequentam a escola. Embora esses centros de “enriquecimento” e de ensino não sejam enquadrados como centros de assistência, eles formam componentes importantes da infraestrutura de assistência, na medida em que algumas crianças passam muitas horas do seu dia, várias vezes por semana, nos centros

A logística da mudança entre casa, escola e centros é possível graças ao grande número de trabalhadoras domésticas migrantes (principalmente das Filipinas e da Indonésia) cujo trabalho inclui precisamente esse movimento diário de crianças de um lugar para outro. De fato, na minha vizinhança, onde vivem muitas famílias europeias, americanas e australianas, as mães comentam abertamente e regularmente como é maravilhoso criar crianças em Cingapura, em contraste com seus países de origem. Duas questões importantes emergem quando falam sobre como seus estilos de vida aqui não podem

>>

ser replicados em casa: primeiro, há tantas atividades interessantes disponíveis para as crianças; segundo, a ajuda paga em tempo integral é tão acessível. Suas observações trazem em relevo este fato: famílias ricas, não importando suas nacionalidades e incluindo as de Cingapura, acham Cingapura um ótimo lugar para criar filhos porque têm acesso aos serviços do Primeiro Mundo e à servidão do Terceiro Mundo.

Nesse contexto de opções de assistência expandidas, as possibilidades disponíveis para os cingapurianos de baixa renda são muito diferentes. Suas realidades cotidianas são agitadas, com tarefas domésticas, responsabilidades, cuidados com crianças, cozinhar e, às vezes, trabalhos com turnos fisicamente exaustivos como guardas de segurança, caixas de supermercado e faxineiras. Eles estão estressados e ansiosos por não poder ficar sem dinheiro para comprar comida e pagar por serviços públicos. Seus filhos, em contraste com os filhos de classe média, são extraordinariamente independentes: podem cozinhar arroz e fritar ovos aos oito anos de idade; ir e voltar da escola por conta própria; e até mesmo cuidar de irmãos mais novos. É importante ressaltar que os pais de baixa renda falam de como se preocupam com seus filhos sozinhos em casa sem nada para ocupá-los, ou perder seus empregos quando eles tiram folga porque seus filhos estão doentes ou em férias escolares, ou sobre o fato de seus salários serem insuficientes para pagar todas as suas contas.

Acontece que Cingapura não é um ótimo lugar para criar filhos quando se é de baixa renda. A expansão do suporte social e as opções estonteantes disponíveis para alguns pais-consumidores não estão moldando a vida das pessoas da mesma maneira em todas as classes. As diferenças de classe são importantes, e um regime de trabalho que parece ser incrivelmente “familiar” para alguns não é particularmente favorável aos outros.

Nesta edição especial, os autores mostram a miríade de maneiras em que há emaranhados constantes e bagunçados entre as práticas individuais, práticas íntimas e micropráticas de pessoas e famílias, de um lado, e a economia política de cuidado mais ampla, de outro. Meu trabalho também ilustra as maneiras pelas quais as “escolhas” que as pessoas fazem são moldadas pelas opções disponíveis para elas. As opções disponíveis para as famílias são, apesar das expansões do apoio público, ainda fortemente dependentes das soluções do mercado e da participação no trabalho assalariado formal. Essa história é parte de uma história maior de manifestações específicas do capitalismo neoliberal e das tendências de estados e sociedades para favorecer

soluções individualizadas e mercantilizadas para atender às necessidades humanas. Na medida em que essas tendências persistem, de formas variadas, no mundo contemporâneo, é importante esclarecer como esses desdobramentos econômicos políticos são particularmente prejudiciais às pessoas em condições socioeconômicas desfavoráveis.

A expansão das necessidades de cuidado e assistência dessas necessidades por meio de soluções de mercado, de modo mais geral, e os trabalhadores cuidadores migrantes, mais especificamente, são tendências que persistem, particularmente nas cidades mais ricas do mundo. Devemos lançar uma ampla rede na compreensão das consequências dessas tendências para incluir pessoas que não são parte da “cadeia global de cuidados”, mas vivem em sociedades profundamente emarnhadas em tal cadeia. Famílias de baixa renda em um contexto onde, apesar da expansão social, os regimes mantêm importantes princípios individualistas, orientados para o mercado e onde os trabalhadores migrantes cuidam do trabalho doméstico, continuam a ter suas necessidades obscurecidas, ignoradas, negligenciadas. O trabalho e o cuidado nessas circunstâncias acarretam dificuldades. Os formuladores de políticas e estudiosos também têm geralmente ignorado o fato de que parte do trabalho de assistência realizado em famílias de renda mais alta - transportando crianças para várias atividades extracurriculares, por exemplo - também agrega desigualdades entre as crianças.

Como acadêmicos e ativistas feministas desafiando políticas de estado existentes, normas sociais e práticas corporativas, devemos inserir continuamente a questão das variações e desigualdades de classe na conversa. Para muitos de nós e por muito tempo, isso não tem sido uma grande prioridade. Precisamos de mais atenção para as maneiras pelas quais as políticas públicas abordam as necessidades das mulheres de maneiras irregulares; crítica sustentada aos regimes de migração de trabalhadores que negligenciam o trabalho real que acontece nos lares; pensar mais profundamente sobre as maneiras pelas quais o trabalho doméstico pode ser apoiado; mais integração da discussão de baixos salários e condições de trabalho quando as políticas do local de trabalho são abordadas; e uma visão ampliada do pensamento sobre os efeitos do trabalho doméstico remunerado nas políticas públicas e o bem-estar de vários grupos na sociedade e ao longo da cadeia global de cuidados. ■

Contato com Youyenn Teo <vyteo@ntu.edu.sg>

> Recrutamento e formação

Cuidadores imigrantes no Japão

Por **Pei-Chia Lan**, Universidade Nacional de Taiwan, Taiwan, e membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Migração do ISA (RC31)



Sessão de treinamento para profissionais de saúde. Foto por [World Bank](#), CC BY-NC-ND 2.0.

Embara os países da Ásia Oriental tenham recrutado amplamente trabalhadoras domésticas migrantes ou cuidadores do Sudeste Asiático, o Japão hesitou em fazer o mesmo até muito recentemente. Em 2014, o primeiro-ministro Shinzo Abe propôs uma nova política para aumentar a participação das mulheres no trabalho, concedendo a entrada de trabalhadoras domésticas estrangeiras em seis áreas metropolitanas. Essas trabalhadoras, no entanto, não podem morar na residência em que trabalham; em vez disso, elas são empregadas e supervisionadas por agências de serviços. A perspectiva é que essas trabalhadoras gastem 400 horas em programas de treinamento para aprender japonês, habilidades domésticas e etiqueta cultural, incluindo como se curvar adequadamente. Um funcionário do governo disse ao *The Japan Times* (1º de janeiro de

2017): “Essa é uma maneira muito japonesa de fazer as coisas. Nós não poderíamos ser inundados por elas como em Hong Kong.”

Antes da chegada de trabalhadoras domésticas migrantes, o Japão aceitou candidatas a enfermeiras registradas (*Kangoshi*) e profissionais cuidadores certificados (*Kaigo Fukushishi*), desde 2008, com base em Acordos de Parceria Econômica (APEs) assinados com a Indonésia, Filipinas e Vietnã. Seguindo uma lógica semelhante, os trabalhadores da assistência do APE não têm permissão para trabalhar em residências particulares. Eles são empregados por instituições médicas ou instalações de assistência para fornecer suporte para idosos ou deficientes.

O emprego de trabalhadores migrantes no Japão oferece

>>

um caso crucial para os pesquisadores examinarem como uma sociedade negocia o significado cultural e o arranjo institucional do cuidado na produção dos “cuidadores migrantes ideais”. O governo foi muito cauteloso em todas as etapas durante a introdução do APE, incluindo o controle de cotas, recrutamento de estado para estado e o fornecimento de programas intensivos de treinamento a um grande custo. Embora esses candidatos do APE sejam trabalhadores qualificados com histórico de enfermagem, eles devem participar de um curso de treinamento ministrado por instituições sancionadas pela *Corporação Internacional de Serviços de Bem-Estar do Japão* (JICWELS) e depois trabalhar e estudar em um hospital ou estabelecimento de assistência. Espera-se que eles façam os exames nacionais para se tornarem enfermeiros registrados ou cuidadores certificados. Aqueles que passarem nos exames nacionais são elegíveis para vistos e residência permanentes no Japão.

O currículo de formação visa aproximar as diferenças étnicas e diluir a alteridade dos migrantes. Beata Świtek chamou as casas de repouso japonesas de um ambiente de “intimidade cultural”, onde o mimetismo das tradições japonesas recria uma imagem essencializada do passado, fazendo com que os idosos se sintam à vontade em uma instituição, apesar de seu isolamento social. Os trabalhadores migrantes são obrigados a adotar normas e práticas interativas em sintonia com a cultura de assistência japonesa, permitindo que os idosos experimentem um senso de intimidade cultural e dignidade pessoal à medida que recebem cuidados de trabalhadores sem parentesco ou vínculos étnicos.

Uma proporção substancial do currículo envolve a instrução da língua japonesa - não apenas vocabulário básico para conversação, mas habilidades avançadas em leitura e escrita (391 horas no treinamento antes da partida e 675 horas no Japão). O objetivo mais desafiador é a proficiência em caracteres chineses (*Kanji*), porque os especialistas médicos japoneses tendem a usar o *Kanji*, em vez da escrita fonética, em documentos médicos. A proficiência em japonês é importante não apenas na facilitação de comunicação e documentação, mas porque falar japonês adequadamente – com honras (*Keiko*) – também ajuda os cuidadores a respeitar os idosos.

O currículo destaca a percepção do cuidado como uma prática cultural e ajuda os candidatos do APE a aprender sobre os aspectos culturais do “trabalho de cuidado japonês”. A instrução sobre o senso cultural de “limpeza” no Japão os ajuda a entender porque tomar banho em banheira, ao invés de banhos com esponja, é considerado uma parte essencial de cuidados de qualidade para idosos japoneses. No Japão, os fabricantes de fraldas vendem mais fraldas para adultos do que fraldas para bebês. Nas sessões de treinamento, os candidatos do APE aprendem sobre o procedimento adequado para trocar fraldas codificadas

por cores para diferentes tempos e finalidades. Eles são treinados para ver a relação das fraldas para adultos com autonomia e dignidade nos olhos dos idosos japoneses.

O currículo também inclui assuntos sobre a cultura e a sociedade japonesas. Eles aprendem sobre convenções alimentares japonesas, como dizer “*itadakimasu*” (“recebo com gratidão”) enquanto jantam juntos nas enfermarias. Aprendem a apreciar os aromas especiais da comida japonesa, como o *yuzu* e o *wasabi*. Eles também aprendem a respeitar o traje tradicional – sendo instruídos sobre as maneiras corretas de colocar um quimono (com o lado direito dobrado sob o esquerdo) – e o sentimento cultural de vergonha ao oferecer ajuda para vestir e tirar a roupa. Alguns trabalhadores do APE que entrevistei identificaram essa parte do treinamento como “muito útil”, mas alguns criticaram bruscamente o fato de ser “totalmente inútil” (“ninguém usa quimono em uma casa de repouso!"). O cultivo da familiaridade dos trabalhadores migrantes com as tradições e a cultura japonesas tem mais significado simbólico do que a função prática; aumenta a sensação de intimidade cultural, não só para os idosos, mas também para a sociedade japonesa em geral.

O programa de treinamento também envolve comunicação e interação com colegas japoneses. Os candidatos do APE são instruídos sobre a cultura de trabalho nos hospitais ou centros de assistência japoneses, onde as horas de trabalho tendem a ser longas e rígidas, e a hierarquia de posições no trabalho é evidente. Os membros da equipe devem seguir procedimentos padronizados e escrever documentação detalhada para garantir a conduta dos profissionais. A probabilidade dos migrantes do APE obterem certificação profissional e alcançarem a mobilidade de status no Japão tem sido extremamente baixa devido ao alto limiar de proficiência na língua exigido. Mesmo aqueles que obtêm a licença decidem voltar para casa depois de tudo, porque se sentem isolados e excluídos do ambiente social e cultural do Japão.

O programa do APE do Japão vê e trata os trabalhadores migrantes como “outros profissionais”. Em comparação com o sistema de trabalhadores convidados em outros países anfitriões da Ásia Oriental, o programa concede aos trabalhadores migrantes mais acesso a direitos e benefícios. Embora possam ganhar permissão para residência permanente depois de passar nos exames de certificação profissional, a avaliação de habilidades é tão altamente exigida sobre a cultura e a linguagem locais que pouquíssimos conseguem alcançar tal *status*. Como resultado, o profissionalismo não fornece um caminho confiável para sua mobilidade social, mas se torna um mecanismo de exclusão de estrangeiros. ■

Contato com Pei-Chia Lan <pclan@ntu.edu.tw>

> Gravidez e parto

como trabalho assalariado

Por **Sharmila Rudrappa**, Universidade do Texas-Austin, EUA



Gravidez e parto tornaram-se um negócio internacional.

Sobredeterminados por ideais de pureza racial, linhagem patriarcal e devoção materna, a gravidez e o parto nunca são apenas fenômenos naturais, mas são intensamente mediados culturalmente, questões de gênero que acentuam os processos sociais de trocas simbólicas centrais na produção de famílias e comunidades. As tarefas domésticas reprodutivas que as mães desempenham são entendidas como sendo imbuídas de cuidados dedicados, amor altruísta e sacrifício materno. Por causa da importância que essas formas de trabalho reprodutivo têm, as famílias são idealizadas como sacrossantas, a gravidez e o parto são protegidos da corrupção do dinheiro profano que circula no mundo grosseiro de mercados marcados por relacionamentos transacionais e transitórios. O que acontece, então, quando as mulheres engravidam e entregam bebês em troca de pagamentos? Que tipo de trabalho assalariado é a gravidez e o parto?

Essas questões surgem no contexto de uma relação comercial em que uma mãe de aluguel gesta e dá à luz a

um bebê ou bebês para um casal ou mãe solteira em troca de pagamentos. A mãe de aluguel não tem relação genética com os embriões implantados nela, que legalmente pertencem ao(s) pretendido(s) pai(s). Os próprios embriões emergem de uma variedade de arranjos de mercado que envolvem a compra de óvulos humanos ou espermatozoides de bancos de células sexuais ou outros indivíduos. Embora vários atores sociais não estejam esclarecidos sobre o que exatamente está sendo trocado, os padrões da indústria estabelecem que o dinheiro dado às mães de aluguel não é pelo bebê, mas para seus serviços gestacionais para criar esse bebê.

Como eu aprendi em minha pesquisa sobre a relação com as mães de aluguel, assim como a maioria das pessoas, as mães indianas de classe trabalhadora e os pretendidos pais de classe média alta que eu entrevistei não haviam trocado dinheiro por gravidez anteriormente. Esses indivíduos têm poucos recursos para pensar em como lidar com a mercantilização dos serviços biológicos de reprodução. Como resultado, eles caem em formas herdadas de

>>

pensar sobre trocas: a relação com as mães de aluguel é uma doação ou uma troca de mercadorias? Doações e mercadorias são termos usados para objetos que circulam em espaços sociais, mas como eles circulam é uma distinção importante. A literatura sobre doações e mercadorias é extensa, mas para expressá-la sucintamente, as trocas por doações significam relações sociais contínuas entre indivíduos ou grupos de indivíduos. As trocas por doações não são igualitárias, mas são marcadas por desigualdades baseadas em hierarquias sociais determinadas por idade, gênero, deficiências, sexualidade, religião, raça e casta. As trocas de mercadorias, por outro lado, são tipificadas pela transitoriedade, onde trabalhadores e consumidores normalmente são estranhos uns aos outros. Em troca de dinheiro, os consumidores recebem uma mercadoria dos trabalhadores, que quase sempre estão em desvantagem por causa das estruturas do capitalismo. Assim, doações ou mercadorias refletem relações sociais. A doação ou a economia da mercadoria estão ligadas às formas da pessoa, as quais são diversamente constituídas, e são, por sua vez, constituídas pela troca de doações ou mercadorias.

Ao contestar se a gravidez e o parto são uma doação ou uma mercadoria, os pretendidos pais e as mães de aluguel em minha pesquisa negociaram os termos de seu relacionamento um com o outro. Embora as mães de aluguel descrevessem de maneira bruta o esforço que envolvia a gestação de uma mãe de aluguel e tentassem negociar melhores salários, esperavam que os princípios da troca de doações fossem mantidos na relação comercial. Elas sabiam que seus ganhos através da relação de mãe de aluguel desapareceriam em questão de meses, e não teriam nada concreto a mostrar por seu esforço de trabalho. Em vez disso, desejavam relações sociais contínuas com os pretendidos pais da classe média alta, pois poderiam potencialmente recorrer a essas redes para empréstimos de curto prazo, recomendações para empregos e outros bens sociais que poderiam ser convertidos em capital econômico. Os pretendidos pais, no entanto, eram inequívocos: apesar de usarem a rubrica da doação em alegações efusivas de que nenhuma quantia de dinheiro poderia ser igual à criança a que foram concedidos através dos esforços das mães de aluguel, agiam como consumidores numa sociedade capitalista. Eles não tinham interesse em manter relações com mulheres do Terceiro Mundo da classe trabalhadora, e usualmente cortavam todos os contatos quando as transações eram concluídas. De acordo com seus contratos, eles eram participantes justos e imparciais porque haviam pago integralmente e não eram legalmente obrigados a dar mais nada.

Embora as agências de aluguel, os médicos de infertilidade e os pretendidos pais não o digam explicitamente, suas interações e inclinações em relação às mães de aluguel tornam aparente que elas percebem a relação como uma forma de trabalho assalariado. Vários sociólogos concordam, com termos como “trabalhador-mãe” e “útero industrial” sendo usados para descrever essas formas emergentes de trabalho reprodutivo mercantilizado.

Contudo, que tipo de trabalho o parto e a gravidez tornam-se quando incorporados aos mercados? À primeira vista, a relação de mãe de aluguel pode ser vista como uma forma de trabalho íntimo, que é o emprego remunerado envolvido na criação, manutenção e gestão de vínculos interpessoais, atendendo às necessidades corporais e necessidades dos beneficiários do cuidado. O trabalho íntimo, no entanto, não envolve o corpo inteiro dos trabalhadores como o trabalho da mãe de aluguel o faz. O trabalho sexual pode se aproximar, mas não captura as formas de processos *in vivo* da ovogênese e da gestação que ocorrem na gestação comercial da mãe de aluguel, que cria mais-valia. Por causa dos processos biológicos e corporais envolvidos, a relação como mãe de aluguel pode ser descrita com mais precisão como uma forma de trabalho clínico, em que as mulheres consentem em dar aos médicos e a outros profissionais de saúde acesso a seus corpos para aproveitar os processos corporais com fins lucrativos.

Entender a relação de mãe de aluguel como uma forma de trabalho clínico não apenas descreve os processos pelos quais o excedente é extraído da gestação e da gravidez, mas também oferece caminhos para legitimar o trabalho biológico-reprodutivo que as mulheres realizam para ganhar salários. Aprofundar formas de mercantilização corpórea, como a relação de mãe de aluguel, sem dúvida, gera desenvolvimentos perversos, mas elas não podem ser simplesmente descartadas por um tempo ostensivamente mais inocente, quando o trabalho das mulheres permanecia totalmente ligado ao domínio privado das redes familiares e de parentesco. Reconhecer a relação da mãe de aluguel como trabalho clínico é avaliar os modos pelos quais a mercantilização da vida se aprofundou e abrir caminhos para a organização do trabalho e construção de coalizão com outros tipos de trabalhadores reprodutivos, tais como creches, professores do ensino fundamental e enfermeiras. ■

Contato com Sharmila Rudrappa <rudrappa@austin.utexas.edu>

> Rede de pesquisa para os direitos dos trabalhadores domésticos

Por **Sabrina Marchetti**, Universidade de Veneza Ca' Foscari, Itália, e **Helen Schwenken**, Universidade de Osnabrück, Alemanha e membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Migração do ISA (RC31) e Movimentos Trabalhistas (RC44), com contribuições de **Mary Goldsmith** (México), **Sonal Sharma** (Índia), **Lisa-Marie Heimeshoff** (Alemanha), **Verna Viajar** (Filipinas), e **Oksana Balashova** (Ucrânia)



Encontro da rede em Veneza, Itália, junho de 2017. Foto de Sabrina Marchetti e Helen Schwenken.

A Rede de Pesquisa para os Direitos dos Trabalhadores Domésticos (RN-DWR) é uma rede global de pesquisadores ativistas e membros de organizações de trabalhadores domésticos no campo do trabalho doméstico remunerado e existe há quase uma década.

> Antecedentes

Como a questão dos mercados de gênero, migração e globalização dos cuidados tem atraído uma atenção crescente nas ciências sociais nas últimas décadas, mais acadêmicos estão conduzindo projetos de pesquisa sobre o tema do trabalho doméstico remunerado, frequentemente em colaboração com trabalhadores domésticos e suas organizações. Esses esforços de pesquisa geralmente são mal conectados. Assim, um grupo central de pesquisadores afiliados ao Centro Internacional para o Desenvolvimento e Trabalho Decente e à Global Labor University (GLU), juntamente com outros pesquisadores em diferentes universidades europeias e internacionais, iniciaram, em 2009, a iniciativa RN-DWR, encontrando o apoio da [WIEGO](#), a [International Domestic Workers Federation](#) (IDWF) e o

sindicato holandês FNV Bondgenoten. Esse grupo fundador expressou a necessidade de um compromisso não apenas de pesquisar o trabalho doméstico, mas também de colaborar com os trabalhadores domésticos tanto na pesquisa quanto na defesa de seus direitos.

Como pessoas com dupla identidade (pesquisadores e ativistas), os fundadores da rede se reuniram várias vezes em Genebra quando realizaram pesquisas para apoiar o grupo de trabalhadores durante as negociações da Convenção nº189 da OIT, tendo alguns deles também assistido as negociações para fins de pesquisa. Outros contribuíram com suas perspectivas de dentro da OIT. Mas isso não era uma questão exclusiva dos pesquisadores. No grupo GLU discutimos com os trabalhadores domésticos do IDWF (então chamado de IDWN) sobre a pesquisa como tal, e como pesquisadores e trabalhadores domésticos organizados poderiam colaborar com ela. Entre muitos dos trabalhadores domésticos organizados havia uma frustração em relação aos pesquisadores: queixas de entrevistas demoradas sem conhecer os resultados da pesquisa, ou mesmo os seus benefícios; outros reclamaram que alguns pesquisadores estavam interessados apenas

em narrativas do tipo vitimizador sobre suas vidas sob a condição de trabalhadores domésticos. Portanto, os trabalhadores domésticos também estavam sentados à mesa quando a rede foi fundada, e seus princípios foram discutidos.

Com base nisso, o RN-DWR foi oficialmente lançado em Genebra na Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em junho de 2011, a qual negociou e aprovou a Convenção Nº 189 “Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos”. Promover a ratificação do C189 e estudar seu impacto é, portanto, uma das principais tarefas da rede..

> Princípios

O RN-DWR coordena e realiza pesquisas com base nos seguintes princípios:

- Realizar pesquisas significativas e de qualidade que também atendam às necessidades dos esforços de organização dos trabalhadores domésticos.
- Cultivar relações de confiança e comunicação com pesquisadores e representantes da IDWF e outras organizações de trabalhadores domésticos.
- Tornar os resultados da pesquisa acessíveis não apenas para o público acadêmico, mas também para os trabalhadores domésticos e suas organizações.
- Construir uma comunidade de pesquisadores afins no campo, possivelmente estendida a todas as áreas geográficas.
- Apresentar, publicar e divulgar os resultados da pesquisa para promover as atividades dos trabalhadores domésticos e campanhas por direitos.

> Práticas

Uma tarefa fundamental da rede é manter um mapa global de pesquisadores que compartilham seus princípios-chave e conectá-los entre si. Para este propósito, desde 2011 os coordenadores do RN-DWR editam regularmente uma [newsletter](#) que reúne informações sobre pesquisas atuais no campo e desenvolvimentos em relação aos direitos dos trabalhadores domésticos.

Cerca de uma vez por ano, no início do verão, a rede se reúne, geralmente ligada a uma conferência organizada por um membro da rede ou à Associação Internacional de Sociologia ou a conferências sobre estudos do trabalho. Os membros da rede dão informações atualizadas sobre os desenvolvimentos regionais nos direitos dos trabalhadores domésticos, e também são discutidas pesquisas interessantes e potenciais temas de pesquisas conjuntas.

Em 2014, publicamos o [manual](#) “Queremos ser os protagonistas de nossas próprias histórias”. Um manual sobre como trabalhadores domésticos e pesquisadores podem realizar pesquisas em conjunto (Kassel: Kassel University Press, download gratuito). O manual é resultado de um projeto colaborativo de pesquisa da rede sobre necessidades de seguridade social de trabalhadores domésticos. Os trabalhadores domésticos na África do Sul e na Holanda juntaram-se a nós neste projeto. Destina-se também a apoiar as organizações de trabalhadores domésticos na documentação do seu trabalho sem depender de pesquisadores profissionais

> Desafios

Até agora, a narrativa pode soar como uma experiência bem-sucedida de ativistas-pesquisadores de mentalidade semelhante que conseguem estar globalmente conectados e produzir pesquisas socialmente relevantes, em parte como pesquisas em colaboração com trabalhadores domésticos e responsáveis por elas. No entanto, há muitos desafios.

Depois de quase dez anos de atividades da rede, alguns de seus pesquisadores muito ativos (pelo menos parcialmente) mudaram-se para outros focos de pesquisa ou deixaram as universidades ou organizações nas quais poderiam fazer esse tipo de pesquisa ativista. Também, naturalmente, o momento em torno da preparação da Convenção No. 189 da OIT desapareceu, e a pesquisa e o ativismo voltaram ao “normal”, significando que parte do entusiasmo e também do interesse público nessa questão não é mais tão grande. Levando a sério os princípios da rede, também temos que admitir que a colaboração com as organizações de trabalhadores domésticos no desenvolvimento de nossa agenda de pesquisa, bem como os esforços para tornar nossas publicações acessíveis aos trabalhadores domésticos e suas organizações poderiam ser muito mais fortes e sistemáticas. Pesquisadores em nossa rede que trabalham em universidades regulares também observam que a pesquisa participativa e a ação são frequentemente difíceis de integrar em ambientes de pesquisa tradicionais e em critérios de avaliação que se aplicam a carreiras acadêmicas. Finalmente, a difusão regional da rede é desigual e há muitos pontos em branco no nosso mapa global. No entanto, apesar desses déficits e desafios, as interações dentro da rede e os contatos que facilitamos são muito apreciados entre nossos membros – ainda mais que a pesquisa ativista neste campo não é muito comum e, portanto, a existência de uma rede global com esse foco é uma verdadeira vantagem em nossas práticas diárias de pesquisa. ■

Para mais, visite nosso [blog](#) ou encontre-nos no [Facebook](#).

¹ Para referências, ver nosso [blog](#) e [newsletter](#).

Contato com:
Sabrina Marchetti <sabrina.marchetti@unive.it>
Helen Schwenken <hschwenken@uni-osnabrueck.de>

> A ideia de ressonância como conceito sociológico

Por **Hartmut Rosa**, Universidade de Jena, Alemanha



Os ideais de sempre-rápido e sempre mais criam uma profunda alienação.

O que é uma forma não alienada de estar no mundo? O que é o *outro da alienação*? Estas são questões que a seguinte contribuição busca responder estabelecendo o conceito de ressonância como um conceito sociológico.

A alienação, quero afirmar, é um modo particular de se relacionar com o mundo das coisas, com as pessoas e com o próprio eu, no qual não há *responsividade*, ou seja, nenhuma conexão interior significativa. É um

>>

“Conceitualmente, ressonância implica que nos deixemos ser tocados, e até mesmo transformados, de uma maneira não previsível e não controlável”

relacionamento sem relação genuína. Nesse modo, certamente existem conexões e interações causais e instrumentais, mas o mundo (em todas as suas qualidades) não pode ser apropriado pelo sujeito, não pode ser feito para “falar”, parece ser sem som e cor. A alienação é, portanto, uma relação que é marcada pela ausência de uma verdadeira e vibrante troca e conexão: entre um mundo silencioso e cinzento e um sujeito “seco” não há vida, ambos parecem estar “congelados” ou genuinamente caóticos e mutuamente aversivo. Assim, no estado de alienação, o eu e o mundo parecem estar relacionados de um modo totalmente indiferente ou mesmo hostil.

Curiosamente, o verdadeiro senso de alienação torna-se muito mais compreensível quando começamos a pensar em sua alternativa. O outro da alienação é um modo de se relacionar com o mundo em que o sujeito se sente tocado, movido ou abordado pelas pessoas, lugares, objetos, etc., que ele ou ela encontra. Fenomenologicamente falando, todos nós sabemos o que significa ser tocado pelo olhar ou pela voz de alguém, por uma música que ouvimos, por um livro que lemos ou por um lugar que visitamos. Assim, a capacidade de se sentir afetado por alguma coisa e, por sua vez, desenvolver um interesse intrínseco na parte do mundo que nos afeta, é um elemento central de qualquer forma positiva de se relacionar com o mundo. E, como sabemos por psicólogos e psiquiatras, sua ausência marcante é um elemento central da maioria das formas de depressão e esgotamento. No entanto, o afeto não é suficiente para superar a alienação. O que é adicionalmente necessário é a capacidade de “atender” à chamada: quando nos sentimos tocados da maneira descrita acima, geralmente tendemos a dar uma resposta física desenvolvendo arrepios, uma taxa aumentada de batimentos cardíacos, uma pressão sanguínea alterada, resistência da pele, e assim por diante. Ressonância, como eu quero chamar este movimento dual de “a←-feição” (algo nos toca de fora) e “e→-moção” (nós respondemos dando uma resposta e assim estabelecendo uma conexão) assim sempre e inevitavelmente tem uma base corporal. Mas a resposta que damos, naturalmente, também tem um lado psicológico, social e cognitivo; baseia-se na experiência de que podemos alcançar e responder ao chamado, que podemos estabelecer uma conexão por meio de nossa reação interna ou externa. É por essa reação que o processo de apropriação é realizado. Nós experimentamos esse tipo de ressonância, por exemplo, em relacionamentos de amor ou amizade, mas também

em diálogo genuíno, quando tocamos um instrumento musical, em esportes, mas também com frequência no local de trabalho. A conexão receptiva, bem como ativa, produz um processo de transformação progressiva do *self* e do mundo.

Assim, a ressonância não se baseia apenas na experiência de ser tocado ou afetado, mas também na percepção do que podemos chamar de autoeficácia. Na dimensão social, a auto-eficácia é experimentada quando percebemos que somos capazes de realmente alcançar e afetar os outros, e que eles realmente nos escutam e se conectam a nós e respondem por sua vez. Mas a autoeficácia, é claro, também pode ser experimentada quando jogamos futebol ou piano, quando escrevemos um texto (e que fala inevitavelmente com a própria voz), e até quando estamos no litoral do oceano e “nos conectamos” às ondas, à água e ao vento. Somente nesse modo de afeto receptivo e autoeficácia responsiva, o eu e o mundo são relacionados de maneira apropriada; o encontro transforma os dois lados, o sujeito e o mundo experimentado. É claro que o problema notório com essa afirmação é que ela imediatamente provoca a objeção de que, embora o sujeito possa muito bem ser transformado pela interação com o violino ou o oceano, este último dificilmente mudará. Mas, embora esse argumento dependa, na verdade, de uma epistemologia talvez não tão inocente em que as únicas coisas capazes de responder são os seres humanos, isto é, numa “antropologia assimétrica”, não se pode contestar que o mundo experimentado é afetado por tal encontro. Que ressonâncias desse tipo são elementos vitais de qualquer formação de identidade, podem ser lidas a partir do fato de que afirmações como “depois de ler aquele livro” ou “depois de ouvir aquela música” ou “depois de conhecer aquele grupo” ou “Eu era uma pessoa diferente” são ingredientes padrão de quase todas as contas (auto) biográficas dadas, por exemplo, em entrevistas. É importante notar aqui que os efeitos transformadores da ressonância estão além do controle do sujeito: quando algo realmente nos toca, nunca podemos saber ou prever antecipadamente o que nos tornaremos como resultado disso.

Resumindo, a ressonância como a outra da alienação, então, é definida por quatro elementos cruciais: primeiro, por “a←-feição” feição no sentido da experiência de ser verdadeiramente tocado ou estimulado; segundo, por “e→-moção” como a experiência da autoeficácia

responsiva (em oposição à puramente instrumental); terceiro, pela sua qualidade transformadora; e quarto, por um momento intrínseco de imprevisibilidade, ou seja, de não controlabilidade ou não descartabilidade. Nós nunca podemos simplesmente estabelecer a ressonância instrumental ou trazê-la à vontade; sempre permanece indescritível. Colocando de forma diferente: se ou não “ouvir o chamado” está além de nossa vontade e controle. Isso se deve em parte ao fato de que a ressonância não é um eco – não significa ouvir-se amplificado ou simplesmente sentir-se seguro, mas envolve o encontro com algum “outro” real que permanece além de nosso controle, que fala em sua própria voz ou chave diferente da nossa e, portanto, continua a ser “estranho” para nós.

Mais do que isso, esse “outro” precisa ser experimentado como uma fonte de “avaliação forte” no sentido de Charles Taylor: somente quando sentimos que esse outro (que pode ser uma pessoa, mas também uma peça musical, uma montanha, ou um evento histórico, por exemplo) tem algo importante para dizer ou ensinar, independentemente de gostarmos de ouvir ou não, podemos realmente nos sentir “agarrados” e tocados. A ressonância, portanto, inevitavelmente exige um momento de autotranscendência. Não requer, contudo, que tenhamos um conceito cognitivo claro ou experiência anterior deste outro. Podemos, de repente, ser tocados e abalados por algo que parece ser completamente estranho.

Portanto, a ressonância certamente não é apenas consonância ou harmonia; muito pelo contrário, *requer diferença* e, às vezes, *oposição* e *contradição* para possibilitar o encontro real. Assim, em um mundo completamente harmonioso ou consonante, não haveria nenhuma ressonância, pois seríamos incapazes de discernir a voz de um “outro” – e, conseqüentemente, de desenvolver e discernir nossa própria voz. No entanto, um mundo em que há apenas dissonância e conflito não permitiria experiências de ressonância: tal mundo seria experimentado como meramente repulsivo. Em suma, a ressonância requer uma diferença que permita a possibilidade de apropriação autotransformadora e uma relação responsiva que implica uma transformação e adaptação mútuas e progressivas. A ressonância, então, é uma condição entre a consonância e a dissonância irrevogável. Por causa disso, estou convencido de que o conceito pode fornecer a chave para superar o impasse tradicional entre teorias e filosofias baseadas em identidades e concepções centradas na diferença. A ressonância não requer identidade, mas a apropriação transformativa da diferença.

O caráter não descartável e momentâneo da ressonância não significa que seja completamente aleatório e contingente. Pois enquanto a experiência real nunca pode ser completamente controlada e prevista, há dois elementos aqui envolvidos que dependem das condições

sociais e, portanto, transformam a ressonância em um conceito que pode ser usado como uma ferramenta para a crítica social. Primeiro, os sujeitos experimentam individual e coletivamente a ressonância tipicamente ao longo de “eixos” particulares de ressonância. Assim, para alguns, a música fornece tal eixo, de modo que, sempre que vão para a sala de concertos, para a ópera ou para a arena do festival, tenham uma boa chance de ter essa experiência. Para outros, será o museu, a biblioteca, o templo, a floresta ou o litoral. Mais do que isso, também fomentamos relações sociais que fornecem algo como um eixo confiável de ressonância – podemos esperar momentos de ressonância quando estamos com nossos amantes, nossos filhos ou nossos amigos, embora todos nós saibamos que, com muita frequência, nossos respectivos encontros permanecem indiferentes ou mesmo repulsivos. E, como sabemos pelas evidências fornecidas pela sociologia do trabalho, muitas pessoas desenvolvem intensas relações de ressonância com seu trabalho, não apenas com seus colegas no local de trabalho, mas também com os materiais e tarefas com os quais estão trabalhando. Assim, a massa “responde” ao padeiro, assim como o cabelo ao barbeiro, a madeira ao carpinteiro, a planta ao jardineiro, ou o texto ao escritor. Em cada um desses casos, encontramos uma verdadeira relação de mão dupla que envolve experiências de autoeficácia, resistência, contradição, apropriação, bem como transformação mútua.

Quando analisamos esses eixos mais de perto, descobrimos que podemos distinguir sistematicamente três dimensões diferentes de ressonância: as dimensões social, material e existencial da ressonância. Os eixos *sociais* são aqueles que nos conectam e nos relacionam com outros seres humanos. Na maioria das sociedades contemporâneas, o amor, a amizade, mas também a cidadania democrática são conceituados como relações “ressonantes” desse tipo. Os eixos *materiais* são aqueles que estabelecemos com determinados objetos – naturais ou artefatuais, peças de arte, amuletos ou ferramentas e materiais com os quais trabalhamos ou usamos para esportes. No entanto, acredito que, com filósofos como Karl Jaspers, William James e Martin Buber, os sujeitos humanos também buscam e encontram “eixos de ressonância” *existenciais* que os conectam e relacionam à vida, à existência ou ao universo como tal. Como esses autores tentaram mostrar de forma bastante convincente, é isso que traz experiências religiosas e o que torna a religião plausível em primeiro lugar. O elemento central da Bíblia, ou o Alcorão, ou os Upanishads, é a ideia de que na raiz da nossa existência, no coração do nosso ser, não há um universo silencioso, indiferente ou repulsivo, matéria morta ou mecanismos cegos, mas um processo de ressonância e resposta. Existem, é claro, outros eixos de ressonância existencial que não dependem de ideias religiosas. A natureza, em particular, é experimentada como uma realidade suprema, abrangente e responsiva.

>>

Escutar a voz da natureza tornou-se uma ideia central não apenas na filosofia idealista, mas ainda mais em muitas rotinas e práticas cotidianas. De um modo muito semelhante, a arte e a música abrem um eixo análogo para o destinatário. Em cada caso, a ressonância não precisa ser uma experiência agradável e harmoniosa, mas também pode abrigar aspectos essencialmente perturbadores.

Agora, embora eu assuma que esses eixos concretos de ressonância não são dados antropologicamente, mas culturalmente e historicamente construídos, o estabelecimento de alguns desses eixos é, contudo, indispensável para uma vida boa, pois eles fornecem contextos nos quais os sujeitos estão dispostos a se abrir a experiências de ressonância. Mudar para um modo de ressonância disposicional requer correr o risco de nos tornarmos vulneráveis. Conceitualmente, ressonância implica que nos deixemos ser tocados, e até mesmo transformados, de uma maneira não previsível e não controlável. Assim, em contextos em que estamos cheios de medo, de estresse, de luta ou focados em produzir determinado resultado, não procuramos nem permitimos ressonância; pelo contrário, isso seria perigoso e prejudicial. Dado isso, torna-se óbvio que seria insensato exigir que sempre estivéssemos em um modo de ressonância disposicional. A capacidade de sair desse modo, distanciar-se do mundo, assumir uma postura fria, instrumental e analítica em relação a ele, é obviamente uma conquista cultural que é indispensável não apenas para manter os negócios da ciência e da tecnologia modernas, mas também para realmente fornecer e salvaguardar uma forma de vida que *permita* a ressonância humana nas três dimensões mencionadas.

Com essa concepção em nosso instrumental, acredito que podemos começar a usar a ressonância como um critério para a sociologia crítica, no sentido de uma crítica às condições sociais vigentes. Seu ponto de partida é a ideia que uma boa vida requer a existência de eixos confiáveis e viáveis de ressonância em todas as três dimensões. Um sujeito terá uma vida boa, eu afirmo, se

ele ou ela encontrar e preservar os eixos de ressonância social, material e existencial que permitem a confirmação iterativa e periódica da responsividade e conexão existencial, ou seja, de um modo de ser ressonante. A possibilidade de uma vida tão boa, então, está ameaçada se as condições para esses eixos e para o modo disposicional de ressonância forem estruturalmente ou sistematicamente solapadas.

O modo institucional dominante de estabilização dinâmica, que requer crescimento, aceleração e inovação incessantes, a fim de reproduzir a estrutura social e o status quo institucional, implica inevitavelmente a tendência e o potencial para tal enfraquecimento sistemático, pois força os sujeitos a um modo de alienação disposicional: eles são forçados a um modo instrutivo reificante de se relacionar com objetos e sujeitos, a fim de aumentar e garantir seus recursos, para acelerar e otimizar seus equipamentos. A lógica difusa da competição, em particular, enfraquece a possibilidade de entrar em um modo de ressonância – não podemos competir e ressoar simultaneamente. Além disso, como sabemos a partir de pesquisas sobre empatia e de estudos neurológicos, a pressão do tempo realmente funciona como um preventivo seguro da ressonância. O mesmo é verdade, claro, se formos movidos pelo medo. O medo nos obriga a erguer barreiras e a fechar nossas mentes, nos leva a um modo em que nós tentamos precisamente não sermos tocados pelo “mundo”. Portanto, as condições de ressonância são tais que requerem contextos de confiança mútua e destemor; e esses contextos, por sua vez, exigem tempo e estabilidade como condições de fundo. Finalmente, as tentativas burocráticas generalizadas de controlar completamente os processos e os resultados para garantir sua eficiência e transparência, que definem as condições modernas do local de trabalho, são igualmente problemáticas para as relações de ressonância, porque são incompatíveis com a imprevisibilidade e potencial transformador deste último. O que é necessário, então, é uma crítica completa das condições de ressonância. ■

Contato com Hartmut Rosa <hartmut.rosa@uni-jena.de>

> Sociologia para a cooperação contra a balcanização

Uma entrevista com Jasminka Lažnjak



Jasminka Lažnjak é bem conhecida nos campos de sociologia da ciência e tecnologia, aspectos sociais da política de inovação e inovação, sociologia econômica, sociologia do trabalho, entre outros. Ela é professora de Sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade de Zagreb, Croácia, e atual presidente da Associação Sociológica Croata (CSA). Seu livro mais recente, em coautoria com Jadranka Švarc, é *Innovation Culture in Crony Capitalism. Does Hofstede's Model Matter?* (2017). Esta entrevista é parte de um projeto sobre influente teoria social que também visa explorar a interseção da sociologia nacional e internacional através de conversas com sociólogos proeminentes e foi conduzida por **Labinot Kunushevi**, membro associado da Rede de Sociólogos Juniores da ISA, com mestrado em Sociologia pela Universidade de Pristina, Kosovo.

LK: O que você pode dizer da sua experiência na Universidade de Zagreb e na Associação Sociológica Croata (CSA)?

JL: Embora o status das associações profissionais tenha mudado recentemente em termos de regulamentação legal e algumas restrições financeiras, as atividades dentro da Associação Sociológica Croata (CSA) aumentaram na última década. A CSA foi fundada em 1959 com cerca de 50 membros. Hoje temos mais de 200 membros.

A associação continua com sua missão de promover, desenvolver e proteger a sociologia como profissão e disciplina. A CSA depende exclusivamente do trabalho voluntário de seus membros e eu gostaria de incluir mais sociólogos fora da academia em nossa associação; De acordo com uma recente pesquisa sobre carreira, cerca de metade dos graduados em sociologia trabalha fora de empregos sociológicos estritamente definidos em pesquisa

e educação.

LK: Como estão os programas, currículos e paradigmas nos quais a sociologia croata foi desenvolvida? Qual a relação entre universidade e mercado de trabalho?

JL: A sociologia croata não foi desenvolvida em um único paradigma, apesar da predominância do marxismo na era socialista. O primeiro departamento de sociologia foi fundado em 1963 na Universidade de Zagreb pelo falecido professor Rudi Supek, que concebeu a sociologia como uma disciplina empírica e teoricamente fundamentada do pensamento crítico embutida na filosofia da práxis. Independentemente dessa tradição, e ao mesmo tempo no próprio espírito do pensamento crítico, alguns sociólogos construíram seu trabalho sob a influência de outros paradigmas, por exemplo, a tradição estrutural funcionalista, a escola de Chicago ou o interacionismo simbólico. A sociologia croata contemporânea reflete a sociologia mundial em termos de sua natureza

>>

multiparadigmática. Como existem cinco departamentos de sociologia na Croácia, cada um deles tenta desenvolver algumas disciplinas específicas, conceitos e abordagens metodológicas. A sociologia, como muitas outras disciplinas, enfrentou o desafio das novas tecnologias e novas profissões que surgiram. Eu acho que a sociologia como disciplina, com suas características genéricas de fornecer uma perspectiva do “quadro geral”, conhecimento geral sólido e habilidades metodológicas e estatísticas, pode posicionar a profissão sociológica muito bem no mercado de trabalho. O fato de que, na Croácia, os graduados em sociologia têm uma baixa taxa de desemprego e uma ampla gama de trabalhos de sociologia não estritamente tradicionais, do setor de ONGs ao governo local, apoia minha declaração.

LK: A sociologia pública está se tornando cada vez mais importante. O que você pode dizer sobre isso na Croácia e as possibilidades de cooperação regional?

JL: A sociologia pública como um tipo de sociologia moldada para o diálogo com públicos não acadêmicos na Croácia é amplamente aceita como uma das principais missões da sociologia. O compromisso com essa perspectiva institucionalizada e amplamente adotada levantou a discussão sobre como a sociologia pública se relaciona com a sociologia orientada para as políticas públicas. Essas são missões complementares e ambas as abordagens são partes muito importantes da sociologia que se reforçam mutuamente. A expertise sociológica é uma parte necessária na análise de políticas. Devemos melhorar os resultados curriculares para desenvolver as habilidades necessárias na sociologia política para um maior desenvolvimento da cooperação regional.

LK: No artigo “Integration of the Western Balkan Countries and Turkey in the Framework Programs: Some Empirical Evidence”, você, Jadranka Švarc e Juraj Perković falaram sobre as barreiras da cooperação entre os países dos Balcãs Ocidentais e a Turquia nos Programas-Referência da União Europeia (UE). Quais são os resultados e novas conquistas?

JL: Até onde sei, o Kosovo fez grandes progressos na última década, mas a infraestrutura para pesquisas ainda não é satisfatória. Como descobrimos na nossa pesquisa, as barreiras para os países dos Balcãs Ocidentais são do mesmo tipo que para a comunidade de investigação da UE, mas são mais pesadas e mais difíceis de ultrapassar. Melhorias significativas na infraestrutura e uma maior participação na cooperação internacional em pesquisa e inovação não acontecerão sem mais investimentos no setor de pesquisa. Os formuladores de políticas nacionais de ciência devem criar medidas para estimular pesquisadores individuais e instituições de pesquisa a participar de projetos internacionais de pesquisa e inovação. A cooperação em investigação e a mobilidade dos investigadores devem ser estimuladas por medidas especiais de incentivo. Além disso,

a educação precisa estar mais estreitamente interligada à pesquisa.

Atenção especial deve ser dada à capacitação no nível das instituições de pesquisa. Embora a análise tenha revelado que os pesquisadores estão relativamente satisfeitos com a assistência prestada por suas instituições e com os esforços de suas lideranças, parece que essa satisfação vem principalmente da falta de conscientização sobre que tipo de assistência adicional eles podem esperar. Seria útil estabelecer um sistema de intermediários – uma rede de consultores ou gestores de ciências localizados nos maiores institutos, universidades ou consórcios de partes interessadas – que atuariam como interface entre pesquisadores/instituições e a administração da UE.

LK: Qual é a sua estratégia sugerida para enfrentar os riscos de desestabilização na região?

JL: É uma questão difícil. Nossa região sempre esteve exposta a muitos riscos, desde conflitos locais, nacionais e étnicos até os riscos que ameaçam o mundo inteiro e que parece que não podemos evitar, como a crise migratória e o terrorismo mundial. É sempre mais fácil lidar com a crise quando os pequenos países vizinhos estão “na mesma página” em relação a um problema comum. A cooperação e o diálogo aberto, independentemente das diferenças, são os melhores meios para resolver problemas comuns. É claro que é mais fácil falar do que fazer, mas não vejo outro jeito. Quando a prosperidade econômica de toda a região é assegurada, temos um bom terreno comum para a cooperação. Fronteiras abertas e comunicação livre são condições necessárias para isso.

LK: É verdade que houve um compromisso global de importantes autoridades políticas, diplomáticos e militares, bem como muitas instituições internacionais, para encontrar uma solução para a crise no Kosovo. Como você vê as possibilidades para o funcionamento do estado do Kosovo e de outros países dos Balcãs, dado o rigoroso clima de preconceito e rivalidades na região e os cálculos geopolíticos das grandes potências?

JL: Não sou especialista em Kosovo e, na verdade, sei muito pouco sobre os problemas atuais. Geralmente eu concordo com a afirmação de que há muita história nos Balcãs, e que isso é um fardo que não podemos descartar facilmente. Kosovo, como o Estado mais jovem que surgiu da região autônoma menos desenvolvida da ex-Iugoslávia, enfrenta muitos desafios de modernização tardia e transição. Isso o torna mais dependente das instituições financeiras internacionais e das grandes potências. A atual crise da UE atrasou a sua expansão a todos os países dos Balcãs, o que poderia ter trazido mais estabilidade à região. Preconceito e rivalidade são ferramentas nas mãos de nossas elites políticas corruptas em sua luta pelo poder político. O Kosovo, com mais da metade de sua população jovem, e sua

enorme taxa de desemprego, corre grande risco de crises prolongadas, a menos que alguma mudança estrutural séria seja realizada. Fortalecer a educação para ensinar os alunos a agir de acordo com seu próprio pensamento independente é a medida mais importante nesse processo. Caso contrário, enfrentamos a ameaça de que a geração do milênio em nossa região ficará mais presa no nacionalismo, etnocentrismo e totalitarismo do que a geração de seus pais e até mais do que seus avós. Teoria sociológica e pesquisa podem ajudar na construção de confiança e cooperação em nossa região para combater o processo de balcanização.

LK: Você vê algum risco de que, com a maior expansão do capitalismo, cidadãos em várias partes do mundo possam desejar retornar a outros sistemas de governo? Como o capitalismo irresponsável criou mais injustiça social, está em uma profunda crise estrutural. Isto é especialmente óbvio na Europa Oriental e do Sudeste, onde a classe política que veio após a queda dos regimes comunistas é na grande maioria composta por uma elite política corrupta, e onde houve um declínio das instituições do Estado de direito. Quais são suas explicações e sugestões?

JL: A democracia representativa está passando por uma fase de contestação por um segmento crescente da população em todo o mundo. Muitos veem uma resolução na democracia direta e modelos alternativos de governança, embora estes não trouxeram a melhoria esperada na democratização dos processos de tomada de decisão e impacto público em um amplo espectro de questões.

O processo de democratização nas sociedades em transição desapontou muitos cidadãos. A resposta a estes problemas emergiu, por um lado, nos movimentos que defendem a democracia direta e, por outro lado, em vários movimentos populistas. Até agora, esses movimentos não colocaram seriamente em risco o capitalismo de compadrio como o tipo dominante na região.

O déficit democrático é mais visível no fracasso em limitar o poder dos setores financeiros e uma elite política corrupta. A transição do socialismo para as democracias liberais gerou diferentes modelos na Europa Oriental e do Sudeste, desde modelos de mercado liberal até modelos mais corporativos de capitalismo. Além da guerra, nossa região não conseguiu escapar do desenvolvimento de um ou outro tipo de capitalismo político, e isso parece atualmente estar em vigor em todos os países da região. Apesar do fato de que, em comparação global, nossa região não tem tanta desigualdade social, a diferença entre a pequena elite rica e as classes médias empobrecidas está aumentando. A política de tolerância zero em relação à corrupção na esfera política, a independência do sistema judicial e os novos modelos econômicos que impulsionarão o emprego são, em minha opinião, necessários para qualquer movimento positivo.

LK: O sociólogo britânico Anthony Giddens, em uma entrevista que eu fiz com ele, disse que a UE está passando por uma fase particularmente conturbada de sua evolução e que a confiança na UE entre seus cidadãos caiu vertiginosamente em alguns Estados membros. Como podemos entender a posição do Kosovo e da Croácia na crise europeia e global?

JL: Embora eu nunca tenha sido eurocética, é óbvio que os euroburocratas não têm os meios certos e imediatos para enfrentar as questões que surgem na Europa. A discrepância entre o poder institucionalizado de Bruxelas e da UE, e o baixo nível de responsabilidade que assumiram por todas as medidas políticas atrasadas e más, produziram uma diminuição da confiança na UE. Isso tem que ser mudado. A crise do Euro é o resultado de políticas monetárias e fiscais não ajustadas. Um mercado comum de trabalho, capital e bens não pode funcionar com arranjos tão diferentes dentro da zona do Euro.

LK: Giddens também afirmou que apenas com o progresso da UE os problemas dos países balcânicos podem ser potencialmente resolvidos. Ele disse que um elemento-chave é que a Sérvia deve seguir a Croácia como um estado membro da União, e aqui está sua fervorosa esperança de que tal processo facilite o caminho para a eventual adesão do Kosovo. A minha pergunta é: uma vez que o Kosovo é um país pequeno que se tornou independente apenas há dez anos, ainda enfrenta muitos desafios, especialmente no processo de liberalização de vistos e integração na UE. Esse isolamento está restringindo a nossa livre circulação, o contato com outros países e culturas europeias, o acesso a oportunidades de emprego na Europa e o reconhecimento no mercado europeu, enquanto 60% da nossa população tem menos de 25 anos de idade. Sentimos a necessidade de integração e pertença à União Europeia. O que você sugere que seja feito para o Kosovo se integrar na Europa?

JL: Eu concordo com meu ilustre colega. Minha sugestão segue o argumento que já fiz em resposta a perguntas anteriores. A integração na UE é impedida, o que pode atrasar os processos de harmonização. A imensa emigração do Kosovo não ajuda. Compreendo a aspiração do Kosovo à adesão à UE, dada a experiência da "longa e sinuosa estrada" da Croácia. A estabilidade e a segurança social parecem ser as principais condições para uma maior integração, embora a ordem tenha sido aumentada com novas candidaturas. Ainda assim, acredito no futuro da UE e nos benefícios da adesão à (semi) periferia europeia. As expectativas fracassadas de melhorias imediatas na qualidade de vida e os benefícios que estão vindo mais devagar do que o inicialmente esperado não devem desencorajar reformas sociais e econômicas.



Contato com Labinot Kunushevc
<labinotkunushevc@gmail.com>

> **Outsiders poderosos** **empreiteiros imobiliários e** **resistência camponesa na China**

Por **Yue Du**, Universidade de Wisconsin-Madison, EUA e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Desenvolvimento Regional e Urbano (RC21)



Uma residência “nail house” semidestruída em uma vila urbana na China Oriental, em junho de 2017.

Em frente a uma casa semidestruída na periferia de uma das cidades de rápido crescimento da China, um morador resistente à desocupação perseguiu uma equipe de empreiteiros imobiliários com duas facas de cozinha, acusando a “turma da demolição” de constante assédio, ameaçando matar o empreiteiro. Nos últimos anos, a maioria dos vizinhos do morador desistiu de manter suas casas, ao invés disso aceitou a compensação por suas terras, e se mudou para apartamentos altos. Mas nesta aldeia, vinte moradores se recusaram a se mudar. Três meses depois, quando acompanhei o empreiteiro como parte de minha pesquisa sobre a política de urbanização da China, fiquei horrorizado quando as escavadeiras chegaram para derrubar a casa rural de dois andares. O morador despejou gasolina em sua casa, acendeu um tanque de gasolina, fechou a porta, subiu no telhado e esperou que a explosão lhe tirasse a vida.

Mas enquanto eu assistia, dois membros altamente qualificados da equipe de segurança privada do empreiteiro arrastaram o morador do telhado. Outros eficientemente

apagaram o fogo e usaram tratores para achatar sua casa. Esta foi a décima “nail house” – um termo usado para casas de propriedade cujos donos resistem em permanecer – que eles demoliram naquela manhã; os nove primeiros levaram menos de uma hora para serem removidos.

A rápida urbanização da China desencadeou a expropriação de terras em massa: milhões de famílias camponesas foram despejadas e realocadas com uma compensação mínima. Nos últimos dez anos, o Estado central reformou as estruturas legais e institucionais que controlam a conversão da terra, procurando proteger os camponeses e as terras agrícolas. Mas, uma vez que as vendas de terras ainda são a principal fonte de renda para as municipalidades locais, as autoridades locais em toda a China continuam a desapropriar fazendas, realocando camponeses e convertendo áreas residenciais para uso comercial.

Hoje, as queixas baseadas na terra provocam a maioria dos protestos populares da China: quando todas as outras soluções estão esgotadas, camponeses desesperados usam seus

>>

próprios corpos como alavancagem moral, obstinadamente segurando suas velhas casas como pregos martelados no chão, desesperados para reter seus meios de subsistência rurais.

A maioria das discussões sociológicas sobre resistência e controle popular na China gira em torno da divisão entre Estado e sociedade, identificando os governos municipais e distritais como os principais atores no silenciamento da resistência camponesa relacionada à terra. Mas esse foco exclusivo em atores estatais negligencia outra fonte poderosa de repressão: os empreiteiros imobiliários privados, que foram autorizados pelas autoridades locais a expropriar e desapropriar os camponeses como resultado da nova abordagem da China para financiar a infraestrutura urbana.

Por duas décadas, os governos locais da China confiaram em empréstimos bancários para financiar a liberação e modernização de imóveis; mas desde 2016, o Estado central proibiu rigorosamente os empréstimos bancários para a expropriação de terras, incentivando os estados locais a desenvolver títulos municipais. No entanto, em vez de confiar nos novos mercados de títulos, muitas autoridades locais recorrem a um aliado local – empreiteiros imobiliários privados – para obter ajuda.

Durante meu trabalho de campo em 2016-18, vi empreiteiros imobiliários privados participarem ativamente de cada fase da expropriação de terras, e observei agentes imobiliários empregarem múltiplas estratégias para minar ativamente as reivindicações dos opositores camponeses à terra.

Como vários observadores apontaram, as autoridades locais da China às vezes confiam em “bandidos de aluguel” para silenciar moradores resistentes. Mas esses conflitos podem ser desordenados: muitos grupos simpatizam com os camponeses aldeões e, em vez de seguir ordens de seus superiores, os funcionários locais podem se juntar aos moradores.

A violência indisciplinada pode levar a graves baixas e má publicidade. Quando isso ocorre, a estratégia pode sair pela culatra, às vezes levando o governo central a reprimir e a manchar as carreiras dos burocratas locais. Ao terceirizar a violência para promotores imobiliários privados, os governos locais procuram evitar a culpa por qualquer repressão, conseguindo com eficiência o despejo e a demolição. Os desenvolvedores podem contratar gângsteres experientes (a chamada “equipe de demolição”) que já construíram sua reputação por despejos de “zero vítimas” demolindo com sucesso *nail houses* em outros vilarejos.

Membros da equipe de demolição arrastam moradores para fora de suas casas, mas evitam ferimentos; eles são pagos generosamente para arriscar serem espancados pelos aldeões no processo. Como os funcionários locais e

informantes do setor imobiliário me lembraram, os governos central e provincial tendem a intervir apenas quando a mídia relata protestos – o que é mais provável quando o despejo envolve sérios feridos, ou um número extraordinariamente grande de participantes. Ao minimizar os ferimentos físicos, essas forças de segurança privada prejudicam a “política do corpo” dos resistentes de *nail houses* e reduzem a probabilidade de intervenção do governo central.

A resistência prolongada dos moradores complica esses processos, é claro. Os camponeses que se recusam a abandonar seus lares criam atrasos demorados e acumulam rapidamente pagamentos de juros, às vezes levando as empresas imobiliárias de menor porte à falência.

Mas quando os resistentes enfrentam titãs imobiliários que podem pagar algum atraso no processo, os lares de camponeses se tornam fundamentalmente impotentes. Na resistência cotidiana, as *nail houses* sofrem constante assédio das equipes de demolição: suas janelas podem ser quebradas por vândalos e a água e a eletricidade cortadas pelos governos municipais locais. Para muitos desses resistentes, longos tormentos físicos e psicológicos podem ser perigosos, provocando derrames, ataques cardíacos, ansiedade ou depressão. No momento em que as escavadeiras derrubam casas no ataque final, os incorporadores imobiliários já esgotaram mental e fisicamente os resistentes.

Enquanto todos os moradores lutam por uma compensação justa, as suas razões para resistir variam. Perto de áreas urbanas, muitas famílias lutam ferozmente, já que a realocação corta sua única fonte de renda: muitos “moradores urbanos” constroem casas de vários andares em seus terrenos, alugando quartos para trabalhadores migrantes e funcionários de escritórios ou abrindo pequenos negócios no piso térreo. Nas cidades rurais periféricas, os camponeses podem se tornar moradores de *nail houses* porque não podem pagar os apartamentos que lhes são oferecidos. Depois de ajudar seus filhos a comprar apartamentos, a geração mais velha é frequentemente deixada para trás em casas semidestruídas, sem outro lugar para morar.

Não importa por que os camponeses se tornam moradores de *nail houses*, esses conflitos cobram um preço. Em uma aldeia, vi um velho resistente, furioso, atirar-se sob o carro estacionado de um funcionário do setor imobiliário, jurando que se vingaria. Agitando um longo bastão de madeira, o advogado ameaçou ferir qualquer um que se aproximasse, inclusive sua esposa, que tentava acalmá-lo. O rosto do opositor ficou vermelho e sua respiração ficou curta, e sua esposa começou a chorar. “É o coração dele. Eu sei que um dia, um ataque cardíaco vai tirar sua vida, se continuarmos a viver assim”, a esposa chorou. Mas ninguém parecia ouvir. ■

Contato com Yue Du <yue.du@wisc.edu>

> A equipe romena da *Diálogo Global*



| Raisa-Gabriela Zamfirescu



| Diana-Alexandra Dumitrescu



| Iulian Gabor



| Rodica Liseanu



| Mădălina Manea



| Bianca Mihăilă



| Andreea Moldoveanu



| Oana-Elena Negrea



| Mioara Paraschiv

**DIÁLOGO
GLOBAL**



Raisa-Gabriela Zamfirescu atualmente é doutoranda na Universidade de Bucareste. É bacharel em sociologia pela Faculdade de Sociologia e Serviço Social (Universidade de Bucareste) e possui dois mestrados, um em Gestão da Informação no Combate ao Terrorismo (Academia Nacional de Inteligência “*Mihai Viteazul*”, Romênia) e um em Análise de Informação e Estudos de Segurança (programa conjunto da Universidade de Bucareste e Serviço Romeno de Inteligência). Ela tem múltiplos domínios de interesse, desde segurança até estudos de gênero e análise de *cluster*, com uma tese focada nesses assuntos na televisão, especialmente em programas de TV americanos. Atualmente, ela ministra seminários em estatística e sociologia política.

Diana-Alexandra Dumitrescu é doutoranda em sociologia na Universidade de Bucareste. Ela é bacharel em sociologia pela Faculdade de Sociologia e Serviço Social (Universidade de Bucareste) e dois mestrados, um em Mídia Global e Comunicação (Universidade de Warwick, Reino Unido) e um em Análise de Informação e Estudos de Segurança (programa conjunto da Universidade de Bucareste e Serviço Romeno de Inteligência). Atualmente é Gerente Assistente de Projetos da Divisão de Ciências Sociais do Instituto de Pesquisa da Universidade de Bucareste (ICUB) e ministra seminários em Metodologia de Pesquisa.

Iulian Gabor atualmente é doutorando na Universidade de Bucareste. Ele tem interesse na economia de compartilhamento, mais precisamente em áreas como compartilhamento de carros, mobilidade compartilhada, comunidades de compartilhamento de viagens online, sustentabilidade e carona. Como etnógrafo, sua tese é focada no comportamento dos usuários. Ele também está trabalhando em uma ONG ambientalista e acredita, com otimismo, que “*nosso conhecimento combinado com pesquisa, criatividade e tecnologia pode resolver muitos dos nossos problemas futuros*”.

Rodica Liseanu atualmente é doutoranda na Universidade de Bucareste. Ela possui mestrado em Estudos de Segurança da Faculdade de Sociologia e Serviço Social e um mestrado em Ciência Política pela Universidade de Bucareste e da *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS), Paris. Seus interesses de pesquisa se concentram em sociologia da educação. Atualmente, ela está estudando a desistência escolar na Romênia, com foco nas causas, efeitos e atores

sociais do abandono escolar invisível.

Mădălina Manea é bacharel em Política pela Nottingham Trent University, Reino Unido, e um mestrado em Pesquisa Sociológica Avançada pela Universidade de Bucareste. Desde o início de seus estudos de doutorado ela trabalhou como assistente de pesquisa em dois projetos internacionais, YMOBILITY e TEMPER, fazendo parte da equipe de pesquisadores do Centro de Estudos Migratórios da Universidade de Bucareste.

Bianca Mihăilă é estudante de mestrado na Faculdade de Sociologia e Serviço Social da Universidade de Bucareste. Seus interesses de pesquisa estão focados em redes transnacionais de coautoria. Nesta área, analisa o impacto do transnacionalismo na produtividade científica de um pesquisador. Em seu trabalho, ela usa análise de redes sociais e pessoais. Ela também é atualmente a editora-gerente da revista *International Review of Social Research*, da Walter De Gruyter.

Andreea Moldoveanu atualmente é doutoranda em sociologia na Universidade de Bucareste. Ela possui mestrado pela Faculdade de Sociologia e Serviço Social. Seus principais focos de pesquisa estão ligados à administração pública e central no setor Pesquisa-Desenvolvimento-Inovação. Ela tem vários domínios de interesse, desde a administração pública até o etarismo nos HQs. Atualmente, ela ministra seminários sobre a metodologia da pesquisa social.

Oana-Elena Negrea atualmente é doutoranda em sociologia. Ela possui bacharelado e mestrado pela Universidade de Bucareste. Seus principais tópicos de pesquisa giram em torno de desigualdades sociais e estudos de gênero, com foco nas desigualdades econômicas de gênero e na segregação setorial de gênero no mercado de trabalho romeno. Ela também é assistente de ensino de um curso sobre Métodos e Técnicas de Pesquisa Sociológica.

Mioara Paraschiv é graduada em sociologia e psicologia. Atualmente é doutoranda em sociologia na Universidade de Bucareste. Sua tese se concentra em um programa de grupo destinado a criminosos sexuais que estão em detenção ou matriculados em programas de liberdade condicional. Ela também trabalha atualmente como conselheira em programas de liberdade condicional.